

Grupo NC Farma

**Demonstrações financeiras
combinadas em 31 de dezembro
de 2019 e relatório dos auditores
independentes**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras combinadas	3
Balancos patrimoniais combinados	6
Demonstrações do resultado combinadas	7
Demonstrações dos resultados abrangentes combinadas	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração do fluxo de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes

Av. Coronel Silva Teles, 977, 10º andar, Conjuntos 111 e 112 - Cambuí

Edifício Dahruj Tower

13024-001 - Campinas/SP - Brasil

Caixa Postal 737 - CEP: 13012-970 - Campinas/SP - Brasil

Telefone +55 (19) 3198-6000

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras combinadas

Aos Administradores e aos Acionistas

NC Participações S.A.

Hortolândia - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras combinadas das operações de produção e comercialização de medicamentos do Grupo NC ("Grupo NC Farma" ou apenas "Grupo" contemplando as empresas EMS S.A., CPM Concessionária Paulista de Medicamentos S.A., EMS Sigma Pharma Ltda., Legrand Pharma Indústria Farmacêutica Ltda., Luxiotech Farmacêutica Ltda., Germed Farmacêutica Ltda., Novamed Fabricação de Produtos Farmacêuticos Ltda., Multilab Indústria e Comércio de Produtos Farmacêuticos Ltda., Nova Química Farmacêutica Ltda., Monteresearch SRL e Rio Bio Pharmaceuticals, LLC), que compreendem o balanço patrimonial combinado em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações combinadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras combinadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira combinada do Grupo NC Farma em 31 de dezembro de 2019, o desempenho combinado de suas operações e os seus fluxos de caixa combinados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras combinadas". Somos independentes em relação ao Grupo NC, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Restrição sobre uso e distribuição

Chamamos a atenção para a nota explicativa 1 às demonstrações financeiras que descreve a base de elaboração das demonstrações financeiras combinadas. As demonstrações financeiras combinadas do Grupo podem não ser um indicativo da posição e performance financeira e dos fluxos de caixa que poderiam ser obtidos se o Grupo tivesse operado como uma única entidade independente. As demonstrações financeiras combinadas foram elaboradas para fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, informações relativas a totalidade das atividades de produção e comercialização de medicamentos do Grupo NC e, portanto, podem não servir para outras finalidades. Nosso relatório destina-se exclusivamente para utilização e informação da administração do Grupo NC e dos seus acionistas/quotistas e não deve ser distribuído ou utilizado por outras partes que não essas especificadas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras combinadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras combinadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas demonstrações financeiras combinadas contêm uma agregação das informações financeiras relativas às entidades EMS S.A., CPM Concessionária Paulista de Medicamentos S.A., EMS Sigma Pharma Ltda., Legrand Pharma Indústria Farmacêutica Ltda., Luxiotech Farmacêutica Ltda., Germed Farmacêutica Ltda., Novamed Fabricação de Produtos Farmacêuticos Ltda., Multilab Indústria e Comércio de Produtos Farmacêuticos Ltda., Nova Química Farmacêutica Ltda., Monteresearch SRL e Rio Bio Pharmaceuticals, LLC e foram elaboradas a partir dos livros e registros contábeis mantidos por essas entidades. A responsabilidade da administração inclui a determinação da aceitabilidade das bases de elaboração às circunstâncias e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras combinadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras combinadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Grupo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras combinadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Grupo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras combinadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras combinadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras combinadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras combinadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade combinada EMS.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade combinada EMS. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras combinadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Grupo a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras combinadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras combinadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras combinadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 4 de setembro de 2020.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP-027612/F



Carlos Humberto Rodrigues da Silva
Contador CRC 1SP217733/O-4

Grupo NC Farma

Balanços patrimoniais combinados em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2019	2018	Passivo	Nota	2019	2018
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	12	309.611	338.129	Fornecedores	20	255.935	355.700
Contas a receber de clientes	14	944.583	734.265	Fornecedores a pagar partes relacionadas	30	19.124	20.923
Contas a receber partes relacionadas	30	37.585	52.756	Empréstimos	21	145.998	108.961
Estoques	15	927.761	668.549	Empréstimos a pagar para partes relacionadas	30	1.399	-
Tributos a recuperar	16	391.498	234.185	Salários e encargos a pagar		110.185	115.858
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	17	102.903	94459	Tributos a recolher		70.083	68.862
Outros recebíveis	18	67.786	267.502	Imposto de renda e contribuição social a pagar	23	69.480	55.704
Total do ativo circulante		2.781.727	2.389.845	Impostos parcelados	24	25.636	17.618
				Dividendos a pagar	30	552.589	844.209
				Outras contas a pagar		131.776	161.966
Não circulante				Total do passivo circulante		1.382.205	1.749.801
Tributos a recuperar	16	73.870	74.702				
Depósitos judiciais	22	48.389	45.872	Não circulante			
Outros recebíveis	18	5.950	5.077	Empréstimos	21	327.582	325.073
Aplicação financeira vinculada a empréstimo	13	4.124	12.164	Empréstimos a pagar para partes relacionadas	30	15.255	-
Mútuo entre partes relacionadas	30	316.093	227.961	Impostos parcelados	24	75.914	64.696
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	71.091	132.822	Provisão para perdas com processos judiciais	22	150.435	190.603
Outros investimentos		71.876	57.979	Receita diferida - subvenção governamental		23.199	23.249
Intangível		43.419	43.744	Outras contas a pagar		5.334	6.983
Imobilizado	19	1.190.590	964.677	Total do passivo não circulante		597.719	610.604
Total do ativo não circulante		1.825.402	1.564.998				
				Patrimônio líquido	25		
				Capital social		336.696	336.696
				Reservas de capital		164.019	164.019
				Reserva de incentivos fiscais		943.102	652.034
				Reserva Legal		57.545	55.840
				Reserva de Lucros		1.116.759	384.483
				Ajuste de avaliação patrimonial		7.023	2.043
				Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		2.625.144	1.595.115
				Participação de não controladores		2.061	(677)
				Total do patrimônio líquido		2.627.205	1.594.438
Total do ativo		4.607.129	3.954.843	Total do passivo e do patrimônio líquido		4.607.129	3.954.843

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Grupo NC Farma

Demonstrações do resultado combinadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

		Combinado	
	Nota	2.019	2.018
Receita	26	4.338.177	4.039.685
Custo das vendas	27	<u>(1.409.426)</u>	<u>(1.349.767)</u>
Lucro Bruto		<u>2.928.751</u>	<u>2.689.918</u>
Despesas com vendas	27	(430.480)	(332.327)
Despesas administrativas	27	(1.050.632)	(1.027.614)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	27	9.471	1.217
Outras (despesas) receitas, líquidas	28	<u>81.724</u>	<u>(43.173)</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>1.538.834</u>	<u>1.288.021</u>
Receitas financeiras	29	164.597	97.542
Despesas financeiras	29	<u>(111.185)</u>	<u>(158.749)</u>
Resultado financeiro líquido		53.412	(61.207)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		1.592.246	1.226.814
Imposto de renda e contribuição social	23	<u>(356.045)</u>	<u>(179.775)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>1.236.201</u>	<u>1.047.039</u>
Lucro atribuível aos acionistas controladores		1.235.179	1.046.829
Lucro atribuível aos acionistas não controladores		1.022	210

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Grupo NC Farma

Demonstrações dos resultados abrangentes combinadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	1.236.201	1.047.039
Outros resultados abrangentes	<u>4.980</u>	<u>3.806</u>
Resultado abrangente total	<u>1.241.181</u>	<u>1.050.845</u>
Lucro atribuível aos acionistas controladores	1.240.159	1.050.635
Lucro atribuível aos acionistas não controladores	1.022	210

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Grupo NC Farma

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de Capital	Reserva de incentivos	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva de legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio	Participação de não controladores	Total do patrimônio
Saldos em 31 de dezembro de 2017	336.696	164.019	413.155	(1.763)	52.751	863.539	-	1.828.397	2.863	1.831.260
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	1.046.829	1.046.829	210	1.047.039
Ajuste acumulado de conversão	-	-	-	3.806	-	-	-	3.806	-	3.806
<i>Destinações do lucro líquido do exercício</i>										
Reserva legal	-	-	-	-	3.089	-	(3.089)	-	-	-
Reserva de Incentivos Fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos complementares do período anterior aprovados em assembleia	-	-	-	-	-	(227.408)	-	(227.408)	-	(227.408)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	(1.056.509)	(1.056.509)	-	(1.056.509)
Constituição reserva de incentivos fiscais	-	-	238.879	-	-	-	(238.879)	-	-	-
Transações com acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.750)	(3.750)
Absorção de prejuízo pela reserva legal	-	-	-	-	-	(251.648)	251.648	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	336.696	164.019	652.034	2.043	55.840	384.483	-	1.595.115	(677)	1.594.438
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	1.235.179	1.235.179	1.022	1.236.201
Ajuste acumulado de conversão	-	-	-	4.980	-	-	-	4.980	-	4.980
<i>Destinações do lucro líquido do exercício</i>										
Reserva legal	-	-	-	-	1.705	-	(1.705)	-	-	-
Reserva de Incentivos Fiscais	-	-	291.068	-	-	-	(291.068)	-	-	-
Dividendos complementares do período anterior aprovados em assembleia	-	-	-	-	-	(22.014)	-	(22.014)	-	(22.014)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	(188.116)	(188.116)	-	(188.116)
Transações com acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	1.716	1.716
Constituição de reserva de lucro	-	-	-	-	-	754.290	(754.290)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	336.696	164.019	943.102	7.023	57.545	1.116.759	-	2.625.144	2.061	2.627.205

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Grupo NC Farma

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		1.592.246	1.226.814
Ajustes de			
Depreciação	19	58.943	72.585
Amortização		6.976	3.907
Perda na alienação de imobilizado	19	11.350	26.486
Valor residual de ativo imobilizado baixado		-	321
(Reversão) provisão para perdas ao valor recuperável do contas a receber	14	(6.627)	(61)
Ganho por compra vantajosa - Multilab	28	-	(53.434)
(Reversão) provisão para desvalorização do estoque	15	23.428	(1.070)
Provisão para processos judiciais	22	(7.492)	(3.816)
Provisão de juros		38.663	13.231
Resultado de não controladas reconhecido por equivalência patrimonial		(32.179)	(23.388)
Provisão de impairment		-	874
Perdas (ganhos) cambiais não realizados de atividades financeiras		11.659	35.600
Baixa de sinistro - incêndio	28	(48.393)	290.754
Direito de ressarcimento de sinistro - incêndio	28	(86.853)	(199.640)
Provisão de juros sobre mútuo		(94.528)	-
Outras provisões		40.698	57.124
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber de clientes	14	(203.690)	132.055
Estoques	15	(275.648)	(431.553)
Contas a receber de partes relacionadas	30	15.171	6.839
Tributos a recuperar	16	(229.446)	(134.466)
Outros recebíveis	18	198.843	(18.280)
Depósitos judiciais	22	(40.233)	11.095
Fornecedores e outras obrigações	20	(29.644)	197.077
Tributos a recolher		4.550	17.033
Impostos parcelados	24	19.235	(8.402)
Fornecedores a pagar partes relacionadas	30	(1.799)	3.776
Caixa gerado nas operações		<u>965.230</u>	<u>1.221.461</u>
Juros pagos	21	(15.850)	(32.859)
Imposto de renda e contribuição social pagos	23	(214.626)	(200.975)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>734.754</u>	<u>987.627</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativo imobilizado	19	(138.669)	(309.562)
Valor pago em combinação de negócio, líquido do caixa adquirido no consolidado		-	(30.098)
(Investimentos)/resgate de aplicação financeira vinculada a incentivos fiscais	13	8.529	(8.529)
Aquisição de ativo intangível		(898)	(588)
Mútuo entre partes relacionadas	30	2.000	42.000
Outros investimentos		<u>6.752</u>	<u>1.492</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(122.286)</u>	<u>(305.285)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Aplicação (resgate) financeira vinculada a empréstimo		(489)	(263)
Obtenção de empréstimos	21	-	230.477
Arrendamento mercantil	21	(47.955)	-
Pagamento de principal de empréstimos	21	(106.792)	(111.763)
Captação de empréstimos com partes relacionadas	30	16.000	-
Dividendos pagos aos acionistas da Companhia	21, 25 e 30	(501.750)	(625.368)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(640.986)</u>	<u>(506.917)</u>
(Diminuição) aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		(28.518)	175.425
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	12	<u>338.129</u>	<u>162.704</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	12	<u>309.611</u>	<u>338.129</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Base para elaboração das demonstrações financeiras combinadas

As demonstrações financeiras combinadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras combinadas do Grupo NC Farma estão sendo apresentadas exclusivamente com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, informações relativas às atividades do Grupo NC Farma julgadas relevantes pela administração, independentemente da disposição de sua estrutura societária. Portanto, estas demonstrações financeiras combinadas não representam as demonstrações financeiras individuais ou consolidadas de uma entidade e suas controladas e não devem ser consideradas para fins de cálculo de dividendos, de impostos ou para outros fins societários, nem podem ser utilizadas como um indicativo da performance financeira que poderia ser obtido se as entidades consideradas na combinação tivessem operado com uma única entidade independente ou como indicativo dos resultados das operações dessas entidades para qualquer período futuro.

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras combinadas do Grupo NC Farma, os seguintes procedimentos foram observados:

a. Avaliação de combinação e entidades consideradas na combinação

As entidades sujeitas à combinação estiveram sob controle comum durante todo o período coberto pelas demonstrações financeiras combinadas, cuja avaliação foi baseada na definição de controle do Pronunciamento Técnico CPC 36 - Demonstrações Consolidadas.

As seguintes entidades estão sendo consideradas no processo de elaboração das demonstrações financeiras combinadas:

- **EMS S.A** - A EMS S.A. (a "EMS") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 1964 e que, em conjunto com suas controladas, tem por objeto social a fabricação, comercialização, importação e exportação de produtos, próprios e de terceiros, farmacêuticos, alopáticos, alimentícios dietéticos, insumos farmacêuticos e drogas. A sede social da EMS está localizada na cidade de Hortolândia, estado de São Paulo.
- **CPM Concessionária Paulista de Medicamentos S/A** - Localizada em Américo Brasiliense/SP, atua na gestão e manutenção da Indústria Farmacêutica de Américo Brasiliense (IFAB) de titularidade da Fundação para o "Remédio Popular", vinculada a Secretária do Estado de São Paulo, por meio de concessão. O objetivo é desenvolver o conhecimento do Governo quanto a tecnologia e patentes bem como atuar no fornecimento exclusivo de medicamentos genéricos. O prazo de concessão é de 15 anos e o início da produção ocorreu em 1º de agosto de 2015. Atualmente esse contrato de concessão está suspenso parcialmente até 1º de julho de 2020, limitando as atividades aos serviços necessários a segurança patrimonial e de monitoramento, limpeza e manutenção.

- **EMS Sigma Pharma Ltda.** - Localizada em Hortolândia/SP, atua na fabricação e comercialização de medicamentos similares em âmbito nacional. Atualmente, possui apenas uma linha de produção, os demais produtos comercializados são adquiridos da controladora para revenda. A partir de novembro 2018 a EMS Sigma passou à condição de embaladora dos produtos fabricados pela Novamed/AM a partir do Regime Especial de Industrialização por Encomenda obtido no Estado de São Paulo e anuído pelo Governo do Amazonas.
- **Legrand Pharma Indústria Farmacêutica Ltda.** - Localizada em Hortolândia/SP, atua na fabricação e comercialização de medicamentos genéricos em âmbito nacional. Atualmente, possui apenas uma linha de produção, os demais produtos comercializados são adquiridos da controladora para revenda.
- **Luxbiotech Farmacêutica Ltda.** - Localizada em Hortolândia/SP, atua na fabricação e comercialização de dermatocsméticos de última geração em âmbito nacional.
- **Monteresearch SRL** - Localizada em Milão na Itália, é um laboratório de pesquisa farmacêutica, especializado no desenvolvimento de drug delivery systems, tecnologias que permitem desenvolver uma nova formulação para que uma droga seja liberada no organismo de forma mais rápida ou lenta, de acordo com a necessidade de médico e paciente e inclusive em concentrações mais seguras.
- **Rio Bio Pharmaceuticals, LLC** - Localizada nos Estados Unidos, tem por objeto social o desenvolvimento de atividades farmacêuticas, podendo incluir, entre outras, a fabricação, comercialização, importação e exportação de produtos e insumos farmacêuticos, próprios e de terceiros; a prestação de serviços administrativos, consultoria /assessoria técnica e documental com ou sem transferência de tecnologia; e a participação em joint ventures ou outras sociedades como quotista, acionista ou sócia.
- **Germed Farmacêutica Ltda** - A Germed Farmacêutica Ltda. é uma empresa que foi constituída em 1964. A empresa tem por objeto social a fabricação, comercialização, importação e exportação de produtos, próprios e de terceiros, farmacêuticos, alopáticos, homeopáticos, veterinários, odontológicos, alimentícios dietéticos, de higiene, de toucador, cosméticos, perfumes, domissanitários, fitossanitários, insumos farmacêuticos, drogas e correlatos, síntese de antibióticos, de química fina e industrial. A sede social da empresa está localizada na Rodovia Jornalista Francisco A. Proença, Km 08 - Hortolândia - SP
- **Novamed Fabricação de Produtos Farmacêuticos Ltda** - é uma empresa constituída em 04 de Agosto de 2010 que tem por objeto social a fabricação, comercialização, importação e exportação de produtos farmacêuticos, próprios e de terceiros. A sede social da empresa está localizada na Avenida Torquato Tapajós, nº 17.703 - Manaus - AM, onde iniciou suas atividades operacionais em julho de 2014.
- **Multilab Indústria e Comércio de Produtos Farmacêuticos Ltda.** - entidade que tem como objetivo fabricação e comercialização de medicamentos, cosméticos, produtos de higiene e produtos alimentícios, no âmbito nacional e internacional. A sede social da empresa está localizada n RS 401 KM 30, nº 1009, São Jeronimo - RS, CEP 96.700-000.
- **Nova Química Farmacêutica S.A** - foi constituída em 1994. O Grupo tem por objeto social a fabricação, comercialização, importação e exportação de produtos, próprios e de terceiros, farmacêuticos, alopáticos, alimentícios dietéticos, insumos farmacêuticos e drogas.

As entidades combinadas têm participação societária das seguintes partes de forma direta ou indireta:

Acionista/quotista (em quotas/ações)	EMS S.A (Consolidada)	Germed Farmacêutica Ltda (Combinada)	Novamed Fabricação de Produtos Farmacêuticos Ltda (Consolidada)	Multilab Indústria e Comércio de Produtos Farmacêuticos Ltda (Consolidada)	Nova Química Farmacêutica S.A (Combinada)	CPM (Consolidada)	Monteresearch (Consolidada)	Rio Biopharmace uticals (Consolidada)	EMS Sigma (Consolidada)	Legrand (Consolidada)	Luxbiotech (Consolidada)
EMS S.A.	-	-	-	-	-	64.205.000	90.000	3.308	7.662.451	136.464	97.516.851
NC Participações S.A.	19.800.000	-	-	-	-	400.000	-	-	77.398	1.379	206.158
Germed Farmacêutica LDA.	200.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Carlos Eduardo Sanchez	-	-	29.036.250	-	-	-	-	-	-	-	-
Novamed Fabricação de Produtos Farmacêuticos Ltda	-	-	-	685.213.744	-	-	-	-	-	-	-
Leonardo Sanchez Secundino	-	-	4.839.375	-	-	-	-	-	-	-	-
Marcus Vinicius Sanchez Secundino	-	-	4.839.375	-	-	-	-	-	-	-	-
Saltmont Empreendimentos e Participações Ltda.	-	5.239.097	-	-	49.500.002	-	-	-	-	-	-
Salriver Empreendimentos e Participações Ltda.	-	5.033.644	-	-	8.250.000	-	-	-	-	-	-
Global Energy Fundo de Investimento Participações	-	-	-	-	8.250.000	-	-	-	-	-	-
Total	20.000.000	10.272.741	38.715.000	685.213.744	66.000.002	64.605.000	90.000	3.308	7.739.849	137.843	97.723.009

As informações financeiras de cada uma das entidades combinadas podem ser assim sumarizadas:

Balanco patrimonial - 2019	EMS S.A (Controladora)	Germed Farmacêutica Ltda	Novamed Fabricação de Produtos Farmacêuticos Ltda	Nova Química Farmacêutica S.A	CPM (*)	EMS Sigma	Legrand	Luxbiotech	Monteresearch SRL e Rio Bio Pharmaceuticals, LLC	Eliminações	Combinado
Ativo circulante	1.852.049	510.139	1.335.383	254.426	86.143	249.129	290.812	48.360	19.702	(1.864.416)	2.781.727
Ativo não circulante	1.496.997	66.929	416.207	52.528	940	4.484	13.850	2.906	68.268	(297.707)	1.825.402
Passivo circulante	(1.750.435)	(409.616)	(375.341)	(153.979)	(15.347)	(240.149)	(185.258)	(16.075)	(5.118)	1.769.113	(1.382.205)
Passivo não circulante	(441.505)	(60.842)	(58.257)	(11.718)	(1.031)	(5.309)	(10.780)	(8.277)	-	-	(597.719)
Patrimônio líquido	(1.157.106)	(106.610)	(1.317.992)	(141.257)	(70.705)	(8.155)	(108.624)	(26.914)	(82.852)	393.010	(2.627.205)

Grupo NC Farma
Demonstrações financeiras combinadas
em 31 de dezembro de 2019

Demonstração do resultado do exercício – 2019	EMS S.A (Controladora)	Germed Farmacêutica Ltda	Novamed Fabricação de Produtos Farmacêuticos Ltda	Nova Química Farmacêutica S.A	CPM	EMS Sigma	Legrand	Luxbiotech	Montereseach SRL e Rio Bio Pharmaceuticals, LLC	Eliminações	Combinado
Receita operacional líquida	3.530.925	462.904	1.710.463	336.014	83.772	165.833	437.092	9.362	9.855	(2.408.043)	4.338.177
Custo das vendas	(2.018.639)	(284.510)	(854.869)	(190.981)	(42.966)	(158.399)	(219.630)	(6.258)	(516)	2.367.342	(1.409.426)
Lucro bruto	1.512.286	178.394	855.594	145.033	40.806	7.434	217.462	3.104	9.339	(40.701)	2.928.751
Despesas operacionais	(1.021.947)	(62.289)	(57.256)	(42.607)	45.172	(4.021)	(79.705)	(48.785)	25.263	(143.742)	(1.389.917)
Resultado financeiro líquido	67.639	(5.086)	(12.712)	(323)	632	(140)	2.603	805	(9)	3	53.412
Resultado antes dos impostos	557.978	111.019	785.626	102.103	86.610	3.273	140.360	(44.876)	34.593	(184.440)	1.592.246
Imposto de renda e contribuição social	(140.862)	(37.226)	(68.482)	(34.279)	(45.526)	(871)	(47.153)	27	-	18.327	(356.045)
Resultado líquido do exercício	417.116	73.793	717.144	67.824	41.084	2.402	93.207	(44.849)	34.593	(166.113)	1.236.201

Balanco patrimonial - 2018	EMS S.A	Germed Farmacêutica Ltda.	Novamed Fabricação de Produtos Farmacêuticos Ltda.	Nova Química Farmacêutica S.A	CPM	EMS Sigma	Legrand	Luxbiotech	Montereseach SRL e Rio Bio Pharmaceuticals, LLC	Eliminações	Combinado
Ativo circulante	1.624.632	474.800	1.034.620	167.600	79.629	21.393	304.997	45.547	15.610	(1.378.983)	2.389.845
Ativo não circulante	1.206.365	26.967	343.348	78.087	16.636	3.420	7.694	560	54.931	(173.010)	1.564.998
Passivo circulante	(1.543.675)	(403.295)	(619.137)	(147.191)	(13.481)	(14.926)	(288.529)	(35.684)	(5.742)	1.321.859	(1.749.801)
Passivo não circulante	(434.571)	(65.655)	(82.123)	(8.532)	(243)	(4.131)	(8.745)	(6.604)	-	-	(610.604)
Patrimônio líquido	(852.751)	(32.817)	(676.708)	(89.964)	(82.541)	(5.756)	(15.417)	(3.819)	(64.799)	230.134	(1.594.438)

Grupo NC Farma
Demonstrações financeiras combinadas
em 31 de dezembro de 2019

Demonstração do resultado do exercício - 2018	EMS S.A	Germed Farmacêutica Ltda.	Novamed Fabricação de Produtos Farmacêuticos Ltda.	Nova Química Farmacêutica S.A	CPM	EMS Sigma	Legrand	Luxbiotech	Montereseach SRL e Rio Bio Pharmaceuticals, LLC	Eliminações	Combinado
Receita operacional líquida	3.341.307	546.168	1.253.569	364.197	83.993	4.126	438.800	4.607	9.343	(2.006.425)	4.039.685
Custo das vendas	<u>(1.955.218)</u>	<u>(376.687)</u>	<u>(519.886)</u>	<u>(224.945)</u>	<u>(33.518)</u>	<u>(11.546)</u>	<u>(257.449)</u>	<u>(4.669)</u>	<u>(307)</u>	<u>2.034.458</u>	<u>(1.349.767)</u>
Lucro bruto	1.386.089	169.481	733.683	139.252	50.475	(7.420)	181.351	(62)	9.036	28.033	2.689.918
Despesas operacionais	(1.073.196)	(84.381)	645	(42.720)	(31.157)	5.774	(86.054)	(39.074)	12.414	(64.148)	(1.401.897)
Resultado financeiro líquido	(34.189)	(3.252)	(21.979)	(3.777)	68	(743)	549	2.104	12	-	(61.207)
Resultado antes dos impostos	278.704	81.848	712.349	92.755	19.386	(2.389)	95.846	(37.032)	21.462	(36.115)	1.226.814
Imposto de renda e contribuição social	<u>9.284</u>	<u>(27.141)</u>	<u>(98.018)</u>	<u>(30.984)</u>	<u>(1.143)</u>	<u>172</u>	<u>(31.946)</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>(179.775)</u>
Resultado líquido do exercício	<u>287.988</u>	<u>54.707</u>	<u>614.331</u>	<u>61.771</u>	<u>18.243</u>	<u>(2.217)</u>	<u>63.900</u>	<u>(37.032)</u>	<u>21.463</u>	<u>(36.115)</u>	<u>1.047.039</u>

b. Critérios de elaboração das demonstrações financeiras combinadas

Os princípios de consolidação do CPC 36 foram utilizados para a elaboração das demonstrações financeiras combinadas do Grupo, que considerou dentre outros procedimentos:

- Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na elaboração das demonstrações financeiras combinadas;
- As práticas contábeis são uniformes para todas as entidades combinadas.

A emissão das demonstrações financeiras combinadas foi autorizada pela Diretoria em 4 de setembro de 2020. Após a sua emissão, somente os acionistas/quotistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis do Grupo estão apresentados na nota explicativa nº8.

2 Aquisição de controlada

Em julho de 2018, a Empresa Novamed obteve o controle da Multilab Indústria e Comércio de Produtos Farmacêuticos Ltda.(denominada Controlada), uma entidade que tem como objetivo o desenvolvimento e a comercialização de produtos farmacêuticos, ao adquirir 100,00% das quotas dessa entidade.

a. Contraprestação transferida

A tabela a seguir resume o valor justo na data de aquisição dos itens mais relevantes de contraprestação transferida.

Resumo da avaliação	Valor contábil	Valor justo
Intangíveis identificáveis		
Marca	Não aplicável	20.753
Carteira de clientes	Não aplicável	6.984
Ativos		
Imobilizado líquidos	55.955	70.895
Caixa	13.828	13.828
Provisão para perdas com processos judiciais	(21.757)	(21.757)
Passivo contingente	-	(7.746)
Outros passivos líquidos	15.348	42.279
Total	63.375	97.499

a.1 Custo de aquisição

O Grupo incorreu em custos relacionados a aquisição no valor de R\$ 350 mil referente aos honorários advocatícios e os custos de due diligence. Os honorários advocatícios e os custos de due diligence foram registrados como “despesas administrativas” na demonstração do resultado.

Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

Abaixo resume os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição:

Descrição	Valor de Contábil	Ajuste	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	13.828	-	13.828
Duplicatas a receber	41.786	-	41.786
Estoques	36.236	-	36.236
Imobilizado	55.955	14.940	70.895
Intangível	5.834	26.930	32.765
Outros créditos	4.862	-	4.862
Fornecedores e outras contas a pagar	(73.370)	-	(73.370)
Provisão para perdas com processos judiciais	(21.757)	-	(21.757)
Passivo contingente assumido na aquisição	-	(7.746)	(7.746)
Total líquido dos ativos identificados	63.375	34.124	97.499

O valor justo atribuído foi apurado com base em laudo de avaliação de consultores independentes correspondentes à aquisição de 100% do capital social da Multilab Indústria e Comércio de Produtos Farmacêuticos.

Mensuração de valores justos

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos relevantes adquiridos foram as seguintes:

Ativos e passivos Adquiridos	Técnica de avaliação
Imobilizado	Técnica de comparação de mercado e técnica de custo: o modelo de avaliação considera os preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição depreciado, quando apropriado. O custo de reposição depreciado reflete ajustes de deterioração física, bem como a obsolescência funcional e econômica.
Intangível	Marcas: O método considerou a metodologia <i>Multi Period Excess Earnings Method</i> (MPEEM), aplicação específica do fluxo de caixa descontado. Carteira de clientes: método de projeção ao longo da vida útil estimada dos relacionamentos recorrentes, deduzidas dos custos e despesas correspondentes.
Passivos contingentes	A Controlada está envolvida em processos trabalhistas. A avaliação da administração é que a probabilidade de perda é possível, reconhecido pelo valor justo deste passivo contingente, levando em conta os possíveis resultados do processo judicial, é de R\$ 7.746 mil.

b. Ganho por compra vantajosa

O ganho por compra vantajosa reconhecido como resultado da aquisição foi mensurado pelo montante em que o valor justo dos ativos foi superior à contraprestação transferida pela aquisição do controle, conforme quadro a seguir:

	Nota	
Contraprestação transferida (*)	(a)	(44.065)
Valor justo dos ativos líquidos identificáveis	(b)	<u>97.499</u>
Ganho por compra vantajosa (nota 27)		<u><u>53.434</u></u>

(*) Considerando o Caixa da Empresa adquirida no valor de R\$ 13.967

3 Base de preparação e declaração de conformidade

As demonstrações financeiras combinadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR-GAAP), com base nos pronunciamentos, orientações e interpretações contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

Detalhes sobre as principais políticas contábeis do Grupo estão apresentados na nota explicativa nº8.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras combinadas do Grupo no qual o CPC 06(R2) - Arrendamentos foram aplicados. As mudanças relacionadas nas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa 8.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional do Grupo é o Real. Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras a administração do Grupo utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua, e as revisões são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos, premissas e incertezas de estimativas em 31 de dezembro de 2019 que possuem risco significativo que possam resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos nos próximos exercícios sociais estão incluídas nas seguintes notas:

As informações sobre julgamentos, premissas e incertezas de estimativas em 31 de dezembro de 2019 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dos saldos contábeis de ativos e passivos nos próximos exercícios estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 14** - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber do contas a receber: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;
- **Nota explicativa 15** - reconhecimento e mensuração das provisões dos estoques: principais premissas na determinação da perda dos estoques sem movimentação ou vencidos;
- **Nota explicativa 22** - reconhecimento e mensuração de provisões e litígios: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude da saída de recursos; e

- **Nota explicativa 23.a** - imposto de renda e contribuição social diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.
- **Nota explicativa 16 - Benefícios fiscais de ICMS:** O Grupo possui incentivo fiscal de ICMS concedido pelo governo estadual de Brasília. O Supremo Tribunal Federal (STF) proferiu decisões em Ações Diretas, declarando a inconstitucionalidade de diversas leis estaduais que concederam benefícios fiscais de ICMS sem prévio convênio entre os Estados.

Embora não possua incentivos fiscais de ICMS julgados pelo STF, o Grupo vem acompanhando, com seus assessores legais, a evolução dessa questão nos tribunais para determinar eventuais impactos em suas operações e consequentes reflexos nas demonstrações financeiras. Nesse momento, não há qualquer expectativa da Administração de que esse assunto possa trazer um efeito material nas demonstrações financeiras do Grupo.

(i) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

6 Mudanças nas políticas contábeis

a. CPC06 (R2) - Arrendamento Mercantil

O Grupo aplicou, a partir de 1º de janeiro de 2019, o CPC 06(R2), que introduz um único modelo de arrendamento, substituindo o conceito de classificação entre arrendamento mercantil operacional e financeiro. O principal objetivo é definir se existe um arrendamento nos contratos ou se o contrato é uma prestação de serviço. Após esta definição, se um contrato contiver um arrendamento, deverá ser contabilizado no ativo, a ser depreciado e no passivo com apropriação de encargos financeiros usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2019). Consequentemente, o Grupo não aplicou os requerimentos do CPC 06 (R2) ao período comparativo apresentado.

Definição de arrendamento

Anteriormente, o Grupo determinava, no início do contrato, se ele era ou continha um arrendamento conforme o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. O Grupo agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento, descrita na nota explicativa 8.

Na transição para o CPC 06(R2), o Grupo escolheu aplicar o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. O Grupo aplicou o CPC 06(R2) apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos.

Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1) e ICPC 03 não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com o CPC 06(R2). Portanto, a definição de um arrendamento conforme o CPC 06(R2) foi aplicada apenas a contratos firmados ou alterados em ou após 1º de janeiro 2019.

a. Como arrendatário

Como arrendatário, o Grupo arrendava diversos ativos, incluindo imóveis, equipamentos de produção e equipamentos de TI. O Grupo classificava anteriormente os arrendamentos como operacionais ou financeiros, com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia significativamente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente O Grupo. De acordo com o CPC 06(R2), o Grupo reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para a maioria desses arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos estão no balanço patrimonial.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seu preço individual.

No entanto, para arrendamentos imobiliários, o Grupo optou por não separar os componentes que não são de arrendamento e contabilizar o arrendamento e os componentes de não arrendamento associados, como um único componente de arrendamento.

(i) Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme CPC 06(R1)

Anteriormente, o Grupo classificava os arrendamentos imobiliários como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1). Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de empréstimo incremental do Grupo em 1º de janeiro de 2019. Os ativos de direito de uso são mensurados:

- Pelo seu valor contábil como se o CPC 06(R2) tivesse sido aplicado desde a data de início, descontado usando a taxa de empréstimo incremental do Grupo na data da aplicação inicial: O Grupo aplicou essa abordagem ao seu maior arrendamento imobiliário; ou
- Por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados: o Grupo aplicou essa abordagem a todos os outros arrendamentos mercantis.

O Grupo testou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável.

O Grupo utilizou vários expedientes práticos ao aplicar o CPC 06(R2) a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1). Em particular:

- não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial;
 - não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI);
 - excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e
 - utilizou retrospectivamente ao determinar o prazo do arrendamento.
- (ii) **Arrendamento classificado como arrendamento financeiro conforme CPC 06(R1)**
Em 31 de dezembro de 2018, o Grupo não possuía arrendamentos classificados como arrendamentos financeiros de acordo com o CPC 06(R1).

b. Como arrendador

O Grupo arrenda suas propriedades para investimento, incluindo propriedades próprias e ativos de direito de uso. O Grupo classificou esses arrendamentos como operacionais.

O Grupo não é requerido a fazer ajustes na transição para o CPC 06(R2) para arrendamentos nos quais atua como arrendador, exceto para um subarrendamento.

O Grupo subarrendou algumas de suas propriedades. De acordo com o CPC 06(R1), os contratos de arrendamento e subarrendamento foram classificados como arrendamentos operacionais. Na transição para o CPC 06(R2), os ativos de direito de uso reconhecidos a partir dos arrendamentos são apresentados em propriedades para investimento e mensurados pelo valor justo nessa data. O Grupo avaliou a classificação dos contratos de subarrendamento com referência ao ativo de direito de uso, e não ao ativo subjacente, e concluiu que eles são arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R2).

O Grupo também celebrou um subarrendamento durante 2019, que foi classificado como arrendamento financeiro.

O Grupo aplicou o CPC 47 Receita de contrato com cliente para alocar a contraprestação no contrato para cada componente de arrendamento e não arrendamento.

c. Impacto nas demonstrações financeiras

O Grupo optou pela abordagem de transição retrospectiva modificada simplificada, sem realização de reapresentações dos períodos comparativos, adotando os seguintes critérios de reconhecimento e mensuração inicial dos ativos e passivos. :

- Reconhecimento de passivo de arrendamento mercantil na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do passivo de arrendamento mercantil foi realizada ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontado a partir das taxas de juros incrementais de empréstimo, agrupadas por natureza do ativo, região e prazo contratual; e

- Reconhecimento de ativo de direito de uso na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do ativo de direito de uso ao valor equivalente ao passivo de arrendamento mercantil, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial

Os quadros abaixo demonstram os impactos da adoção inicial do CPC 06(R2) nas informações contábeis, em 1º de janeiro de 2019:

<i>Em milhares de Reais</i>	1º de janeiro de 2019
Ativos de direito de uso - ativo imobilizado	140.364
Ativos de direito de uso - intangível	10.356
Ativos de direito de uso subarrendados (*)	1.065
Passivos de arrendamento	(151.785)

- (*) Os ativos de direito de uso são deduzidas das parcelas subarrendadas para empresas do grupo. Esses montantes são reclassificados para um contas a receber com partes relacionadas.

<i>Em milhares de Reais</i>	31 de dezembro de 2019
Ativos de direito de uso - ativo imobilizado	123.959
Passivos de arrendamento	(136.615)
Imposto Diferido	(1.926)

Ao mensurar os passivos de arrendamento para arrendamentos classificados como operacionais, o Grupo descontou os pagamentos de arrendamento utilizando sua taxa incremental sobre empréstimo em 1º de janeiro de 2019. A taxa média ponderada aplicada é de 9,98%.

d. ICPC 22 – Incertezas em relação a tratamentos tributários

Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 Tributos sobre o Lucro quando houver incerteza sobre os tratamentos de imposto de renda. Nessas circunstâncias, a entidade deve reconhecer e mensurar o seu ativo ou passivo fiscal, corrente ou diferido, aplicando os requisitos do ICPC 22 com base no lucro tributável (perda fiscal), nas bases fiscais, nas perdas fiscais não utilizadas, nos créditos fiscais não utilizados e nas alíquotas fiscais, determinados com base nesta interpretação. Esta interpretação entrou em vigor em 1º de janeiro de 2019.

O Grupo não identificou impactos relevantes em suas demonstrações financeiras em decorrência da aplicação dessa interpretação

7 Base de mensuração

As demonstrações foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando a rubrica exigiu um critério diferente.

Para mais informações sobre a mensuração destes ativos e passivos, vide Nota 8 - principais políticas contábeis.

8 Principais políticas contábeis

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras, exceto se descrito de outra forma e exceto para as políticas contábeis relacionadas ao CPC 06 que não foi aplicado em 2018.

a. Moeda estrangeira

(i) Transações e saldos em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para Reais pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão geralmente são reconhecidas no resultado.

(ii) Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

Variações cambiais são reconhecidas em outros resultados abrangentes, e apresentadas nos ajustes acumulados de conversão da moeda estrangeira (reserva de conversão) no patrimônio líquido. Quando uma operação no exterior é alienada, de modo que o controle, influência significativa, ou controle compartilhado não mais existem, os valores acumulados em reserva de conversão relacionados àquela operação no exterior são reclassificados para o resultado do exercício como parte do ganho ou perda na alienação. Quando o Grupo aliena apenas parte de sua participação em uma subsidiária que inclui uma operação no exterior, mas mantém controle, a respectiva proporção do valor acumulado é reatribuída a participações não controladoras. Quando o Grupo aliena apenas parte de seu investimento em uma coligada ou joint venture que inclui uma operação no exterior, enquanto mantém influência significativa ou controle compartilhado, a respectiva proporção do valor acumulado é reclassificada para o resultado do exercício.

b. Receita de contrato com clientes

A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos produtos e mercadorias é transferido para o cliente, por um valor que reflita a contraprestação à qual o Grupo espera ter direito em troca destes produtos e mercadorias.

- Os clientes obtêm o controle dos produtos farmacêuticos quando são entregues e aceitos nas dependências do cliente. Acordos comerciais firmados com os clientes para avançar suas vendas são aplicados diretamente na nota fiscal de venda dos produtos e reconhecidos como dedução das vendas.
- As faturas são emitidas naquele momento e devem ser pagas, normalmente, no prazo médio de 90 dias.

- Devoluções de produtos são trocadas por somente por novos produtos ou créditos, portanto, não há devolução em dinheiro.
- A receita reconhecida é líquida dos impostos, das devoluções efetivas e outros abatimentos.

(i) *Contraprestação variável*

Se a contraprestação em um contrato incluir um valor variável, o Grupo estima o valor da contraprestação a que terá direito em troca da transferência de bens para o cliente. Alguns contratos para venda de produtos e mercadorias fornecem aos clientes o direito de descontos e abatimentos por volume. O direito de descontos e abatimentos por volume dá origem a contraprestação variável. O Grupo oferece abatimentos por volume de forma retrospectiva para determinados clientes quando a quantidade de produtos adquiridos durante o período excede um limite especificado em contrato. Os descontos e abatimentos são compensados com valores a pagar pelo cliente.

(ii) *Acordos comerciais*

O Grupo reconhece essa receita líquida dos acordos comerciais que na avaliação da Administração estão enquadrados no item 70 do CPC 47, pois refere-se a uma contraprestação a pagar ao cliente.

c. *Receitas financeiras e despesas financeiras*

As receitas financeiras abrangem receitas de rendimento de depósito bancário de curto prazo, juros de duplicatas a receber, descontos obtidos, variação cambial, e outras receitas financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variação cambial, descontos concedidos entre outras despesas financeiras.

d. *Benefícios a empregados*

(i) *Benefícios de curto prazo a empregados*

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de um serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) *Participação nos lucros*

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

e. *Subvenções governamentais*

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.

O Grupo possui subvenção governamental representada pelo benefício creditício decorrente do Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal (PRÓ-DF), concedido em forma de empréstimo subsidiado obtido do Banco Regional de Brasília (BRB) (Nota 21). O benefício econômico obtido é contabilizado como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais de acordo com a autorização do programa Pro-DF para liquidação das parcelas e a regularização da subvenção.

O Grupo considera as condições e obrigações que tem de observar e cumprir, quando da identificação dos custos a serem confrontados com o benefício econômico obtido.

Os efeitos desse cálculo eram registrados no resultado do exercício, na rubrica "Deduções da receita", visto que a origem do empréstimo subsidiado refere-se a uma operação de crédito sobre o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) gerado nas importações. Os juros incorridos ao longo do prazo dos empréstimos são registrados como despesa no resultado financeiro. Atualmente apenas aguardamos a autorização para liquidação de algumas parcelas remanescentes para realização da receita diferida.

O Grupo, com atuação no ramo farmacêutico no Estado de São Paulo, é beneficiário da lei complementar 160. Em razão da lei, o Grupo goza de benefício, de isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) na venda de determinados produtos.

ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços)

A entidade combinada Novamed possui subvenção governamental representada pelo benefício fiscal decorrente da Lei 2.826/2003, a qual regulamenta a política de incentivos fiscais e extrafiscais do Estado do Amazonas.

O incentivo visa isentar o pagamento de 100% do ICMS (Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) sobre as saídas de alguns produtos da Empresa. O benefício foi aprovado pelo Decreto 33.817 de 30 de julho de 2013.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A entidade combinada Novamed possui a subvenção governamental de redução de 75% do imposto de renda, para parte das operações da Empresa, inclusive adicionais não-restituíveis em conformidade com a portaria 283/13.

Em conformidade com a Lei n.º 11.638/07 e CPC 07, o montante referido ao subsídio da SUDENE foi reconhecido no resultado confrontando a despesa com imposto de renda, depois foi transferido para a conta Reserva de Incentivo Fiscal e não pode ser distribuído aos quotistas.

A Empresa também possui o benefício fiscal instituído pelo Governo Federal, que permite às entidades beneficiárias depositarem no Banco da Amazônia o valor da parcela correspondente a 30% do imposto de renda devido, calculado sobre o lucro da exploração, acrescido de outra parcela de recursos próprios, relativa a 50% (cinquenta por cento) dos 30% (trinta por cento) do IRPJ devido.

Regime Especial

Para consolidar as estratégias do Grupo dentro do Grupo NC, foi homologado à EMS Sigma Pharma, Regime Especial concedido pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, em 04/2018, sob nº 1474/2015 e anuído pela Secretaria da Fazenda do Estado do Amazonas por meio do ato declaratório 104/2018 – DETRI/SER/SEFAZ.

O Regime Especial tem como objeto autorizar a EMS Sigma Pharma, após realizar industrialização (embalagem) sob encomenda da fabricante Novamed Fabricação de Produtos Farmacêuticos Ltda., remeter os produtos, por conta e ordem do encomendante, diretamente a armazém geral paulista, utilizando procedimento similar ao previsto no artigo 408 do Regulamento do ICMS do Estado de São Paulo (RICMS/SP).

f. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real de tributação anual, caso existam.

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, se existir.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço em que a Empresa gera lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

A entidade combinada Novamed goza de redução no pagamento do imposto de renda e contribuição social em parte de suas operações conforme mencionado na nota explicativa 8.e.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

Despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Impactos nas bases do IRPJ e da CSLL decorrentes do benefício governamental do Estado de São Paulo

Conforme mencionado na nota 8 e, o Grupo, em razão de sua atuação no ramo farmacêutico no Estado de São Paulo, de isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) na venda de determinados produtos.

Para fins de apuração do imposto de renda da pessoa jurídica (IRPJ) e da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), conforme previsto no artigo 30 da Lei n. 12.973/2014, as subvenções concedidas como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos e as doações feitas pelo poder público não serão computadas na determinação do lucro real, desde que seguidos alguns requisitos previstos no presente artigo.

Assim, os valores registrados pelo Grupo no ano de 2019 decorrentes da subvenção governamental, não deverão impactar as bases tributáveis de IRPJ e CSLL, razão pela qual foram excluídos no cálculo do LALUR e do LACS.

(iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação a diferenças temporárias dedutíveis na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios do Grupo.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

g. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projeto, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

A provisão para perdas com estoques é constituída com base nos critérios divulgados nota 8m.

h. Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Aeronave	15
Benfeitorias	30
Edificações	60
Máquinas	Entre 3-25
Veículos	5
Móveis, utensílios e equipamentos entre	Entre 5-25

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), líquidas" na demonstração do resultado.

i. Ativos intangíveis e ágio

Ágio

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Pesquisa e desenvolvimento

Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros for prováveis, e se a Empresa tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Empresa e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

marcas e patentes	Entre 5 - 8anos
software	5 anos
custos de desenvolvimento capitalizados	5 anos
carteira de clientes	15 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

Softwares

As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares* de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

j. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento inicial e mensuração

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) *Classificação e mensuração subsequente*

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas.

- Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo; e
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros – Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo não opera com instrumentos financeiros derivativos.

k. Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) Ativos financeiros não derivativos

O Grupo reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As perdas de crédito esperadas é a estimativa ponderada pela probabilidade da perda de crédito. O Grupo mensura as provisões para perdas com contas a receber de clientes em montantes equivalentes as perdas de crédito esperadas para a vida inteira que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, o Grupo aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, o Grupo não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. O Grupo estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

O Grupo considera um ativo financeiro em situação de inadimplimento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 120 dias. No entanto, em certos casos, o Grupo também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplimento quando informações internas ou externas indicam ser improvável o Grupo receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pelo Grupo. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável, se houver, é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

l. Arrendamentos

Até 31 de dezembro de 2018, o Grupo classificava os contratos de arrendamento mercantil no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade era retida pelo arrendador estavam classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais eram registrados como despesa do exercício pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Em 31 de dezembro de 2018, o Grupo não possuía arrendamentos classificados como arrendamentos financeiros de acordo com o CPC 06(R1).

O Grupo aplicou, a partir de 1º de janeiro de 2019, o CPC 06(R2), que introduziu um único modelo de arrendamento, substituindo o conceito de classificação entre arrendamento mercantil operacional e financeiro, que era aplicado pelo Grupo até 31 de dezembro de 2018. O impacto desta nova norma aplicada está ilustrado na nota nº 6, 18 e 20.

m. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

Abaixo apresentamos os critérios para constituição das principais provisões:

Provisão para perdas por recuperação ao valor recuperável do contas a receber (Nota 14)

A provisão para perdas por recuperação ao valor recuperável do contas a receber é constituída de acordo com o escopo do modelo de redução ao valor recuperável do CPC 48, conforme descrito na nota explicativa nº 8(k) – *Impairment* de ativo financeiro.

Os saldos de contas a receber de partes relacionadas não são provisionados.

Provisão para perda dos estoques (Nota 15)

A provisão é constituída com base na política interna definida pelo Grupo, que leva em consideração as perdas na realização dos estoques. Estas perdas podem estar relacionadas a lotes de medicamentos vencidos e a vencer no prazo de 180 dias e produtos utilizados em pesquisas e desenvolvimento.

Provisão para perdas com processos judiciais (Nota 22)

O Grupo é parte envolvido em processos judiciais e administrativos. Com base na avaliação de seus assessores externos e internos, as provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico.

n. Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos para os acionistas do Grupo é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final de cada exercício, com base no estatuto social do Grupo. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.

o. Garantias financeiras

Garantias financeiras são contratos que requerem do Grupo pagamentos específicos perante o possuidor da garantia financeira por uma perda incorrida por este quando um devedor específico deixa de fazer o pagamento conforme os termos do instrumento de dívida.

Passivos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, que é amortizado durante o prazo do contrato da garantia financeira. O passivo de garantia é subsequentemente contabilizado pelo que for superior entre o valor amortizado e o valor presente do pagamento esperado (quando um pagamento relativo a garantia tornar-se provável).

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o Grupo não reconheceu os valores justos de suas garantias financeiras por julgá-las com baixo risco de crédito por conta do emissor, ou essas garantias tem como co-responsáveis os acionistas da Companhia que assume o risco de crédito caso o credor não honre os compromissos. As operações na qual o Grupo atua como interveniente garantidora estão detalhadas na nota explicativa nº 11 - Gestão de riscos financeiros.

9 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. O Grupo não adotou essas alterações na preparação dessas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo.

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas CPC00.
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15).
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26 e CPC 23).

10 Reclassificação não significativa de anos anteriores

Em 31 de dezembro de 2019, o Grupo optou por corrigir a apresentação do Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar para uma nota explicativa específica juntamente com os demais saldos oriundos de Imposto de Renda e Contribuição Social. Anteriormente os saldos estavam classificados na nota de Tributos a recuperar (nota 16). A correção foi aplicada aos exercícios de 2019 e 2018.

A reclassificação foi efetuada nas demonstrações financeiras, estando apresentada na nota explicativa nº 17.

11 Gestão de riscos financeiros

O Grupo apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de mercado;
- Risco cambial;
- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco operacional

a. Visão geral

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pelo Grupo e suas controladas, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria do Grupo identifica, avalia e protege as empresas contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais do Grupo.

O Conselho de Administração do Grupo estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

b. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, e taxas de juros - irão afetar os ganhos do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a risco de mercado, dentro dos parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

O Grupo utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado para algumas de suas operações. Todas as operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o Grupo não possuía operações de derivativos não liquidados em suas demonstrações financeiras.

(i) Risco cambial

O Grupo atua internacionalmente e está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos ("USD"). O risco cambial decorre de operações com fornecedores e clientes do exterior.

A Administração estabeleceu uma política que exige que as empresas do Grupo administrem seu risco cambial em relação à sua moeda funcional.

A exposição ao risco cambial (líquida) está apresentada a seguir:

	2019			2018		
	USD	Euro	Reais	USD	Euro	Reais
Contas a receber de clientes (nota 14)	1.063	632	9.186	823	786	7.812
Fornecedores (nota 20)	(25.816)	-	(104.425)	(53.586)	-	(206.109)
Passivo de arrendamento (nota)	(47.791)	-	(192.184)	(54.912)	-	(212.143)
Exposição líquida	<u>(72.544)</u>	<u>632</u>	<u>(287.423)</u>	<u>(107.675)</u>	<u>786</u>	<u>(410.440)</u>

(ii) Análise de sensibilidade risco cambial

O Grupo, para fins de análise de sensibilidade para riscos de mercado, analisa, conjuntamente, as posições ativas e passivas indexadas em moeda estrangeira.

Para a análise de sensibilidade das operações indexadas em moeda estrangeira, a Administração adotou como cenário provável os valores reconhecidos contabilmente. Como referência, aos demais cenários foram considerados a deterioração e apreciação sobre a taxa de câmbio utilizada para apuração dos apresentados nos registros contábeis. Os cenários foram estimados com uma apreciação e desvalorização de 25% e 50%, respectivamente, do Real no cenário provável.

A metodologia adotada para apuração dos saldos apresentados no quadro abaixo consistiu em substituir a taxa de câmbio de fechamento utilizada para fins de registro contábil pelas taxas estressadas conforme cenários abaixo. A tabela abaixo demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados para essas operações:

Risco	Tipo	Exposição ME	Exposição original (R\$)	Taxa efetiva em 31/12/19	Apreciação de				
					Provável	25%		Apreciação de 50%	
					Valor	%	Valor	%	Valor
Alta USD	Clientes	1.063	5.155	4,03	(398)	5,04	573	7,56	2.676
Alta EUR	Clientes	632	4.031	4,53	183	5,66	(452)	6,80	263
Alta USD	Fornecedores	(25.816)	(104.425)	4,03	(1.227)	5,04	(27.235)	7,56	(74.625)
Alta USD	Leasing financeiro	(47.791)	(192.184)	4,03	(447)	5,04	(48.605)	7,56	(168.999)
		<u>(71.912)</u>	<u>(287.423)</u>		<u>(1.889)</u>		<u>(75.719)</u>		<u>(240.685)</u>
					Deterioração de				
					Provável	25%		Deterioração de 50%	
					Valor	%	Valor	%	Valor
Queda USD	Clientes	1.063	5.155	4,03	(398)	3,02	(1.532)	1,51	(2.947)
Queda EUR	Clientes	632	4.031	4,53	183	3,40	(1.882)	2,27	(2.599)
Alta Euro	Fornecedores	(25.816)	(104.425)	4,03	(1.227)	3,02	24.792	1,51	57.931
Alta USD	Leasing financeiro	(47.791)	(192.184)	4,03	(447)	3,02	47.711	1,51	119.947
		<u>(71.912)</u>	<u>(287.423)</u>		<u>(1.889)</u>		<u>69.089</u>		<u>172.332</u>

Risco	Tipo	Exposição ME	Exposição original (R\$)	Taxa efetiva em 31/12/18	Provável		Apreciação de 25%		Apreciação de 50%	
					Valor	%	Valor	%	Valor	%
Alta USD	Clientes	823	3.189	3,87	27	4,84	790	5,81	2.594	
Alta EUR	Clientes	786	4.623	5,88	205	5,55	(261)	6,66	610	
Alta USD	Fornecedores	(50.616)	(199.134)	3,87	3.754	4,84	(44.757)	5,81	(136.894)	
Alta Euro	Fornecedores	(1.560)	(6.925)	4,44	-	5,55	(1.731)	6,66	(6.060)	
Alta Iene	Fornecedores	(1.410)	(50)	0,04	(48)	0,04	48		46	
Alta USD	Leasing	(54.912)	(212.143)	3,87	630	4,84	(53.823)	7,77	(186.806)	
		<u>(106.889)</u>	<u>(410.440)</u>		<u>4.568</u>		<u>(99.734)</u>		<u>(326.510)</u>	

Risco	Tipo	Exposição ME	Exposição original (R\$)	Taxa efetiva em 31/12/18	Provável		Deterioração de 25%		Deterioração de 50%	
					Valor	%	Valor	%	Valor	%
Queda USD	Clientes	823	3.189	3,87	27	2,91	(804)	1,94	(1.937)	
Queda EUR	Clientes	786	4.623	5,88	205	3,33	(2.006)	2,22	(2.879)	
Queda USD	Fornecedores	(50.616)	(199.134)	3,87	3.754	2,91	52.798	1,94	816.032	
Queda Euro	Fornecedores	(1.560)	(6.925)	4,44	-	3,33	1.731	2,22	4.328	
Queda Iene	Fornecedores	(1.410)	(50)	0,04	(48)	0,03	(48)	0,02	(49)	
Queda USD	Leasing	(54.912)	(212.143)	3,87	630	-	52.563	-	132.353	
		<u>(106.889)</u>	<u>(410.440)</u>		<u>4.568</u>		<u>104.234</u>		<u>947.848</u>	

(iii) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado em nível de Grupo. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência e outros fatores.

Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a exposição máxima ao risco de crédito é:

	2019	2018
Caixa e equivalente de caixa (nota 12)	309.611	338.129
Contas a receber de clientes (nota 14)	944.583	734.265
Outros recebíveis	73.736	272.579
Aplicação financeira vinculada a empréstimo (nota 13)	4.124	12.164
Contas a receber de partes relacionadas (nota 30)	37.585	52.756
Mútuo entre partes relacionadas (nota 30)	316.093	227.961
	<u>1.685.732</u>	<u>1.637.854</u>

A política de avaliação da provisão de perda por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros está demonstrada na nota explicativa nº 8.m.

A Administração não espera nenhuma perda decorrente dessas contrapartes superior ao valor provisionado.

Caixa e equivalentes de caixa

O Grupo detinha “Caixa e equivalentes de caixa” de R\$ 309.611 em 31 de dezembro de 2019 (338.129 em 2018). O “Caixa e equivalentes de caixa” são mantidos com instituição financeira classificadas como estável, ou acima, conforme escala da Agência Moody’s.

Garantias

A política do Grupo é fornecer garantias financeiras somente para obrigações de suas controladas e coligadas. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o Grupo havia emitido garantias para certos bancos em relação as linhas de crédito concedidas à empresas do Grupo, como segue:

- Em 06 de setembro de 2018 a coligada 3Z Realty Desenvolvimento Imobiliário S.A realizou uma captação de R\$ 130.000, através do CRI (Certificado de recebíveis imobiliários), garantida por fiança corporativa da Companhia (3Z Realty Desenvolvimento Imobiliário S.A, com rating e lastreado em debêntures não conversíveis em ações. A remuneração é de 102,5% CDI, com vencimento do principal em 26 de agosto de 2021 e amortização dos juros semestrais.
- Os empréstimos concedidos à parte relacionada 3Z estão garantidos por termo de garantia dos acionistas, logo avaliamos o instrumento com baixo risco de crédito, razão pela qual nenhuma redução ao valor recuperável foi consignada nas demonstrações financeiras.
- A coligada 3Z Realty Desenvolvimento Imobiliário S.A obteve financiamento imobiliário utilizada para a construção de imóveis residenciais (plano empresário) com taxas de juros atualizados pela TR mais 10,5% a 15% ao ano e que estão garantidos por alienação fiduciária e fiança da Companhia (3Z Realty Desenvolvimento Imobiliário S.A) e seus acionistas. Em 31 de dezembro de 2019 o saldo é de R\$ 132.370 (R\$ 132.549 em 31 de dezembro de 2018).

Adicionalmente, a Companhia (EMS S.A.) figura como fiadora de obrigações assumidas por outras empresas, como segue:

- Lorraine Administradora de Bens e Participações Sociedade Simples Ltda. na captação de financiamento junto a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP no montante de R\$ 193.686 e prazo de pagamento em 12 de dezembro de 2023.
- Lorraine Administradora de Bens e Participações Sociedade Simples Ltda. na captação de financiamento junto a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP no montante de R\$ 80.835 prazo de vencimento 27 de fevereiro de 2019.
- Unidade de Diagnóstico Médico em Radiologia Intervenção e Terapia Ltda. na pactação de financiamento junto a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP no montante de R\$ 18.143 e prazo de pagamento em 08 de fevereiro de 2021.

(iv) *Risco de liquidez*

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis (Nota 8) a qualquer momento,

a fim de que o Grupo não descumpra os limites ou cláusulas do empréstimo, quando aplicável, em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

O Departamento de Tesouraria investe o excesso de caixa em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento, onde aplica-se somente aos instrumentos financeiros, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

	Fluxo de caixa	Menos de um ano (ii)	Entre um e dois anos (ii)	Entre dois e cinco anos (ii)	Acima de cinco anos (ii)
Em 31 de dezembro de 2019					
Fornecedores e outras contas a pagar	(412.574)	(407.420)	(5.334)	-	-
Fornecedores a pagar partes relacionadas	(1.388.106)	(1.388.106)	-	-	-
Empréstimos	(481.637)	(149.900)	(71.133)	(59.759)	(200.845)
Empréstimos com partes relacionadas	(17.445)	(1.427)	(7.933)	(8.085)	-
Dividendos a pagar	(552.589)	(552.589)	-	-	-
	<u>(2.852.531)</u>	<u>(2.499.442)</u>	<u>(84.400)</u>	<u>(67.844)</u>	<u>(200.845)</u>
Posição líquida					
Em 31 de dezembro de 2018					
Fornecedores e outras contas a pagar	(524.646)	(517.712)	(6.933)	-	-
Fornecedores a pagar partes relacionadas	(23.631)	(23.631)	-	-	-
Empréstimos	(469.889)	(108.961)	(161.647)	(156.303)	(7.123)
Dividendos a pagar	(844.209)	(844.209)	-	-	-
	<u>(1.826.520)</u>	<u>(1.494.513)</u>	<u>(168.580)</u>	<u>(156.303)</u>	<u>(7.123)</u>
Posição líquida					

A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros passivos e portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes da legislação vigente.

(v) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoas, tecnologia e infraestrutura do Grupo e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações do Grupo.

O objetivo do Grupo é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação do Grupo e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais do Grupo para a administração de riscos operacionais nas respectivas áreas.

(vi) Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

O Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Em 2019, a estratégia do Grupo, que ficou inalterada em relação à de 2018, foi a de manter o índice de alavancagem financeira entre 1,07% e 1,06%.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 podem ser assim sumariados (consolidado):

	2019	2018
Total dos empréstimos e empréstimos partes relacionadas (Nota 21 e 30)	490.234	434.034
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 12)	<u>(309.611)</u>	<u>(338.129)</u>
Dívida líquida	<u>180.623</u>	<u>95.905</u>
Total do patrimônio líquido	<u>2.625.144</u>	<u>1.595.115</u>
Total do capital (capital + dívida líquida)	<u>2.805.767</u>	<u>1.691.020</u>
Índice de alavancagem financeira	1,07	1,06

(vii) Classificação dos instrumentos

Os instrumentos financeiros não derivativos são classificados como custo amortizado e outros passivos financeiros. Não existem outros instrumentos financeiros classificados em outras categorias além da informada abaixo:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
	Custo amortizado	Custo amortizado	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros
Caixa e equivalentes de caixa	309.611	338.129	-	-
Contas a receber de clientes	944.583	734.265	-	-
Contas a receber de partes relacionadas	37.585	52.756	-	-
Mútuo entre partes relacionadas	316.093	227.961	-	-
Aplicação financeira vinculada a empréstimo	4.124	12.164	-	-
Outros recebíveis	<u>73.736</u>	<u>272.579</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
	Custo amortizado	Custo amortizado	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros
Total dos ativos financeiros	1.685.732	1.637.854	-	-
Fornecedores	-	-	(255.935)	(355.700)
Fornecedores a pagar partes relacionadas	-	-	(19.124)	(20.923)
Dividendos a pagar	-	-	(552.589)	(844.209)
Empréstimos	-	-	(473.580)	(434.034)
Empréstimos com partes relacionadas	-	-	(16.654)	-
Outras contas a pagar	-	-	(137.110)	(168.949)
Total dos passivos financeiros	-	-	(1.454.992)	(1.823.815)

(viii) Risco da taxa de juros

O Grupo, para fins de análise de sensibilidade para riscos de taxa de juros, analisa a sua exposição à flutuação da CDI, taxa flutuante a qual estão atreladas as captações de aplicações financeiras e empréstimos. As taxas de juros não sofreram alterações nesses cenários.

Para a análise de sensibilidade das taxas de juros sobre os empréstimos e aplicações financeiras, a Administração adotou como cenário provável os valores reconhecidos contabilmente. Como referência, aos demais cenários foram considerados a deterioração e apreciação sobre a taxa de juros flutuante utilizada para apuração nos registros contábeis. Os cenários foram estimados com uma apreciação e desvalorização de 25% e 50%, respectivamente, da taxa de juros no cenário provável.

A tabela abaixo demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados para essas operações:

Exposição e análise de sensibilidade das taxas de juros

Exposição	Risco	Tipo	Vencimento	Taxa efetiva em 31/12/2019	Provável		Apreciação de 25%		Apreciação de 50%	
					Valor	%	Valor	%	Valor	%
12.875	Alta da CDI	Aplicação financeira	26/03/2020	5,29%	681	6,61%	45	7,93%	54	8,91%
10.864	Alta da CDI	Aplicação financeira	n/a	5,94%	645	7,43%	48	8,91%	58	9,05%
10.337	Alta da CDI	Aplicação financeira	10/07/2020	5,91%	611	7,39%	45	8,87%	54	9,03%
5.533	Alta da CDI	Aplicação financeira	n/a	6,03%	334	7,54%	25	9,05%	30	9,03%
5.249	Alta da CDI	Aplicação financeira	07/01/2020	6,02%	316	7,52%	24	9,03%	29	9,03%
3.780	Alta da CDI	Aplicação financeira	02/07/2040	5,64%	213	7,05%	15	8,46%	18	8,46%
1.063	Alta da CDI	Aplicação financeira	08/08/2024	5,64%	60	7,05%	4	8,46%	5	8,46%
211	Alta da CDI	Aplicação financeira	07/06/2046 -01/10/2046	4,79%	10	5,99%	1	7,19%	1	7,19%
133	Alta da CDI	Aplicação financeira	05/05/2047	5,05%	7	6,31%	-	7,57%	1	7,57%
11.981	Alta da CDI	Aplicação financeira	11/12/2020 a 23/12/2020	5,29%	633	6,61%	42	7,93%	50	8,91%
21.345	Alta da CDI	Aplicação financeira	02/10/2020	5,85%	1.249	7,31%	91	8,78%	110	8,78%
9.283	Alta da CDI	Aplicação financeira	23/03/2020	5,98%	555	7,48%	42	8,97%	50	8,97%
7.669	Alta da CDI	Aplicação financeira	09/03/2020 a 29/12/2020	5,29%	405	6,61%	27	7,93%	32	7,93%
7.540	Alta da CDI	Aplicação financeira	30/01/2020 a 11/02/2020	5,97%	450	7,46%	34	8,95%	40	8,95%
7.358	Alta da CDI	Aplicação financeira	10/02/2020	5,97%	439	7,46%	33	8,95%	39	8,95%
6.020	Alta da CDI	Aplicação financeira	02/03/2020	5,95%	358	7,44%	27	8,93%	32	8,93%
5.387	Alta da CDI	Aplicação financeira	02/10/2020	5,85%	315	7,31%	23	8,78%	28	8,78%
3.481	Alta da CDI	Aplicação financeira	24/01/2020	4,81%	167	6,01%	10	7,22%	12	7,22%
1.481	Alta da CDI	Aplicação financeira	02/09/2020	5,85%	87	7,31%	6	8,78%	8	8,78%
407	Alta da CDI	Aplicação financeira	26/07/2024	4,31%	18	5,39%	22	6,47%	26	6,47%
10.110	Alta da CDI	Aplicação financeira	07/01/2020	4,62%	467	5,78%	584	6,93%	701	6,93%

Grupo NC Farma
Demonstrações financeiras combinadas
em 31 de dezembro de 2019

Exposição	Risco	Tipo	Vencimento	Taxa efetiva em 31/12/2019	Provável		Apreciação de 25%		Apreciação de 50%	
					Valor	%	Valor	%	Valor	%
18.633	Alta da CDI	Aplicação financeira	10/02/2020	4,61%	860	5,77%	1.074	6,92%	1.289	
1.044	Alta da CDI	Aplicação financeira	26/02/2020	4,09%	43	5,11%	53	6,13%	64	
983	Alta da CDI	Aplicação financeira	27/11/2020	4,09%	40	5,11%	50	6,13%	60	
672	Alta da CDI	Aplicação financeira	02/03/2020	4,09%	27	5,11%	34	6,13%	41	
2.939	Alta da CDI	Aplicação financeira	02/03/2020	4,09%	120	5,11%	150	6,13%	180	
772	Alta da CDI	Aplicação financeira	10/01/2020	4,09%	32	5,11%	39	6,13%	47	
2.665	Alta da CDI	Aplicação financeira	10/12/2020	4,09%	109	5,11%	136	6,13%	163	
1.022	Alta da CDI	Aplicação financeira	11/12/2020	4,09%	42	5,11%	52	6,13%	63	
2.003	Alta da CDI	Aplicação financeira	14/12/2020	4,09%	82	5,11%	102	6,13%	123	
1.092	Alta da CDI	Aplicação financeira	16/03/2020	4,09%	45	5,11%	56	6,13%	67	
1.131	Alta da CDI	Aplicação financeira	17/12/2020	4,09%	46	5,11%	58	6,13%	69	
1.761	Alta da CDI	Aplicação financeira	28/12/2020	4,09%	72	5,11%	90	6,13%	108	
6.453	Alta da CDI	Aplicação financeira	25/03/2020	4,09%	264	5,11%	330	6,13%	395	
1.941	Alta da CDI	Aplicação financeira	24/01/2020	3,72%	72	4,65%	90	5,58%	108	
721	Alta da CDI	Aplicação financeira	29/12/2020	4,09%	29	5,11%	37	6,13%	44	
19.424	Alta da CDI	Aplicação financeira	n/a	5,66%	1.100	7,08%	1.375	8,49%	1.650	
968	Alta da CDI	Aplicação financeira	03/11/2020	5,30%	51	6,63%	64	7,96%	77	
201	Alta da CDI	Aplicação financeira	04/11/2020	5,30%	11	6,63%	13	7,96%	16	
201	Alta da CDI	Aplicação financeira	05/11/2020	5,30%	11	6,63%	13	7,96%	16	
201	Alta da CDI	Aplicação financeira	06/11/2020	5,30%	11	6,63%	13	7,96%	16	
533	Alta da CDI	Aplicação financeira	26/03/2020	5,30%	28	6,63%	35	7,96%	42	
764	Alta da CDI	Aplicação financeira	09/11/2020	5,30%	41	6,63%	51	7,96%	61	
141	Alta da CDI	Aplicação financeira	11/11/2020	5,30%	7	6,63%	9	7,96%	11	
572	Alta da CDI	Aplicação financeira	26/02/2020	5,30%	30	6,63%	38	7,96%	46	
803	Alta da CDI	Aplicação financeira	27/11/2020	5,30%	43	6,63%	53	7,96%	64	
1.595	Alta da CDI	Aplicação financeira	27/11/2020	5,30%	85	6,63%	106	7,96%	127	
251	Alta da CDI	Aplicação financeira	02/12/2020	5,30%	13	6,63%	17	7,96%	20	
130	Alta da CDI	Aplicação financeira	10/01/2020	5,30%	7	6,63%	9	7,96%	10	
6.938	Alta da CDI	Aplicação financeira	06/01/2020	5,97%	414	7,46%	518	8,96%	622	
9.453	Alta da CDI	Aplicação financeira	09/03/2020	5,97%	565	7,46%	706	8,96%	847	
160	Alta da CDI	Aplicação financeira	09/03/2020	5,30%	9	6,63%	11	7,96%	13	
180	Alta da CDI	Aplicação financeira	11/03/2020	5,30%	10	6,63%	12	7,96%	14	
621	Alta da CDI	Aplicação financeira	10/12/2020	5,30%	33	6,63%	41	7,96%	49	
361	Alta da CDI	Aplicação financeira	07/12/2020	5,30%	19	6,63%	24	7,96%	29	
711	Alta da CDI	Aplicação financeira	16/03/2020	5,07%	36	6,33%	45	7,60%	54	
540	Alta da CDI	Aplicação financeira	14/02/2020	5,30%	29	6,63%	36	7,96%	43	
540	Alta da CDI	Aplicação financeira	23/12/2020	5,30%	29	6,63%	36	7,96%	43	
890	Alta da CDI	Aplicação financeira	25/03/2020	4,83%	43	6,03%	54	7,24%	64	
531	Alta da CDI	Aplicação financeira	24/01/2020	5,30%	28	6,63%	35	7,96%	42	
2.470	Alta da CDI	Aplicação financeira	29/12/2020	5,20%	128	6,50%	160	7,79%	193	
19.627	Alta da CDI	Aplicação financeira	07/01/2020	5,17%	1.015	6,46%	1.268	7,76%	1.522	
23.723	Alta da CDI	Aplicação financeira	20/01/2020	5,59%	1.326	6,98%	1.657	8,38%	1.988	
341	Alta da CDI	Aplicação financeira	10/02/2020	5,30%	18	6,63%	23	7,96%	27	
2.932	Alta da CDI	Aplicação financeira	06/01/2020	5,30%	156	6,63%	194	7,96%	233	
1.591	Alta da CDI	Aplicação financeira	23/12/2020	5,30%	84	6,63%	105	7,96%	127	
1.400	Alta da CDI	Aplicação financeira	25/03/2020	5,30%	74	6,63%	93	7,96%	111	
284.732					15.357		10.313		12.376	

Exposição	Risco	Tipo	Vencimento	Taxa efetiva em 31/12/19	Provável		Deterioração de 25%		Deterioração de 50%	
					Valor	%	Valor	%	Valor	%
12.875	Queda da CDI	Aplicação financeira	26/03/2020	5,29%	681	3,96%	27	2,64%	18	
10.864	Queda da CDI	Aplicação financeira	n/a	5,94%	645	4,46%	29	2,97%	19	
10.337	Queda da CDI	Aplicação financeira	10/07/2020	5,91%	611	4,43%	27	2,96%	18	
5.533	Queda da CDI	Aplicação financeira	n/a	6,03%	334	4,52%	15	3,02%	10	
5.249	Queda da CDI	Aplicação financeira	07/01/2020	6,02%	316	4,51%	14	3,01%	10	
3.780	Queda da CDI	Aplicação financeira	02/07/2040	5,64%	213	4,23%	9	2,82%	6	
1.063	Queda da CDI	Aplicação financeira	08/08/2024	5,64%	60	4,23%	3	2,82%	2	
211	Queda da CDI	Aplicação financeira	07/06/2046 e 01/10/2046	4,79%	10	3,59%	-	2,40%	-	
133	Queda da CDI	Aplicação financeira	02/05/2047	5,05%	7	3,79%	-	2,52%	-	
11.981	Queda da CDI	Aplicação financeira	11/12/2020 a 23/12/2020	5,29%	633	3,96%	25	2,64%	17	
21.345	Queda da CDI	Aplicação financeira	02/10/2020	5,85%	1.249	4,39%	55	2,93%	37	
9.283	Queda da CDI	Aplicação financeira	26/03/2020	5,98%	555	4,49%	25	2,99%	17	
7.669	Queda da CDI	Aplicação financeira	09/03/2020 a 29/12/2020	5,29%	405	3,96%	16	2,64%	11	
7.540	Queda da CDI	Aplicação financeira	30/01/2020 a 11/02/2020	5,97%	450	4,48%	20	2,98%	13	
7.358	Queda da CDI	Aplicação financeira	10/02/2020	5,97%	439	4,48%	20	2,98%	13	

Grupo NC Farma
Demonstrações financeiras combinadas
em 31 de dezembro de 2019

Exposição	Risco	Tipo	Vencimento	Taxa efetiva em 31/12/19	Provável		Deterioração de 25%		Deterioração de 50%	
					Valor	%	Valor	%	Valor	%
12.875	Queda da CDI	Aplicação financeira	26/03/2020	5,29%	681	3,96%	27	2,64%	18	
6.020	Queda da CDI	Aplicação financeira	02/03/2020	5,95%	358	4,46%	16	2,98%	11	
5.387	Queda da CDI	Aplicação financeira	02/10/2020	5,85%	315	4,39%	14	2,93%	9	
3.481	Queda da CDI	Aplicação financeira	24/01/2020	4,81%	167	3,61%	6	2,41%	4	
1.481	Queda da CDI	Aplicação financeira	02/09/2020	5,85%	87	4,39%	4	2,93%	3	
407	Queda da CDI	Aplicação financeira	26/07/2024	4,31%	18	3,24%	13	2,16%	9	
10.110	Queda da CDI	Aplicação financeira	07/01/2020	4,62%	467	3,47%	350	2,31%	234	
18.633	Queda da CDI	Aplicação financeira	10/02/2020	4,61%	860	3,46%	645	2,31%	430	
1.044	Queda da CDI	Aplicação financeira	26/02/2020	4,09%	43	3,06%	32	2,04%	21	
983	Queda da CDI	Aplicação financeira	27/11/2020	4,09%	40	3,06%	30	2,04%	20	
672	Queda da CDI	Aplicação financeira	02/03/2020	4,09%	27	3,06%	21	2,04%	14	
2.939	Queda da CDI	Aplicação financeira	02/03/2020	4,09%	120	3,06%	90	2,04%	60	
772	Queda da CDI	Aplicação financeira	10/01/2020	4,09%	32	3,06%	24	2,04%	16	
2.665	Queda da CDI	Aplicação financeira	10/12/2020	4,09%	109	3,06%	82	2,04%	54	
1.022	Queda da CDI	Aplicação financeira	11/12/2020	4,09%	42	3,06%	31	2,04%	21	
2.003	Queda da CDI	Aplicação financeira	14/12/2020	4,09%	82	3,06%	61	2,04%	41	
1.092	Queda da CDI	Aplicação financeira	16/03/2020	4,09%	45	3,06%	33	2,04%	22	
1.131	Queda da CDI	Aplicação financeira	17/12/2020	4,09%	46	3,06%	35	2,04%	23	
1.761	Queda da CDI	Aplicação financeira	28/12/2020	4,09%	72	3,06%	54	2,04%	36	
6.453	Queda da CDI	Aplicação financeira	25/03/2020	4,09%	264	3,06%	198	2,04%	132	
1.941	Queda da CDI	Aplicação financeira	24/01/2020	3,72%	72	2,79%	54	1,86%	36	
721	Queda da CDI	Aplicação financeira	29/12/2020	4,09%	29	3,06%	22	2,04%	15	
19.424	Queda da CDI	Aplicação financeira	n/a	5,66%	1.100	4,25%	825	2,83%	550	
968	Queda da CDI	Aplicação financeira	03/11/2020	5,30%	51	3,98%	38	2,65%	26	
201	Queda da CDI	Aplicação financeira	04/11/2020	5,30%	11	3,98%	8	2,65%	5	
201	Queda da CDI	Aplicação financeira	05/11/2020	5,30%	11	3,98%	8	2,65%	5	
201	Queda da CDI	Aplicação financeira	06/11/2020	5,30%	11	3,98%	8	2,65%	5	
533	Queda da CDI	Aplicação financeira	09/11/2020	5,30%	28	3,98%	21	2,65%	14	
764	Queda da CDI	Aplicação financeira	11/11/2020	5,30%	41	3,98%	30	2,65%	20	
141	Queda da CDI	Aplicação financeira	26/02/2020	5,30%	7	3,98%	6	2,65%	4	
572	Queda da CDI	Aplicação financeira	27/11/2020	5,30%	30	3,98%	23	2,65%	15	
803	Queda da CDI	Aplicação financeira	27/11/2020	5,30%	43	3,98%	32	2,65%	21	
1.595	Queda da CDI	Aplicação financeira	02/12/2020	5,30%	85	3,98%	63	2,65%	42	
251	Queda da CDI	Aplicação financeira	10/01/2020	5,30%	13	3,98%	10	2,65%	7	
130	Queda da CDI	Aplicação financeira	06/01/2020	5,30%	7	3,98%	5	2,65%	3	
6.938	Queda da CDI	Aplicação financeira	09/03/2020	5,97%	414	4,48%	311	2,99%	207	
9.453	Queda da CDI	Aplicação financeira	09/03/2020	5,97%	565	4,48%	423	2,99%	282	
160	Queda da CDI	Aplicação financeira	11/03/2020	5,30%	9	3,98%	7	2,65%	4	
180	Queda da CDI	Aplicação financeira	10/12/2020	5,30%	10	3,98%	7	2,65%	5	
621	Queda da CDI	Aplicação financeira	07/12/2020	5,30%	33	3,98%	25	2,65%	16	
361	Queda da CDI	Aplicação financeira	16/03/2020	5,30%	19	3,98%	14	2,53%	10	
711	Queda da CDI	Aplicação financeira	14/02/2020	5,07%	36	3,80%	27	2,65%	18	
540	Queda da CDI	Aplicação financeira	23/12/2020	5,30%	29	3,98%	21	2,65%	14	
540	Queda da CDI	Aplicação financeira	25/03/2020	5,30%	29	3,98%	21	2,53%	14	
890	Queda da CDI	Aplicação financeira	24/01/2020	4,83%	43	3,62%	32	2,41%	21	
531	Queda da CDI	Aplicação financeira	29/12/2020	5,30%	28	3,98%	21	2,65%	14	
2.470	Queda da CDI	Aplicação financeira	07/01/2020	5,20%	128	3,90%	96	2,60%	64	
19.627	Queda da CDI	Aplicação financeira	20/01/2020	5,17%	1.015	3,88%	761	2,59%	507	
23.723	Queda da CDI	Aplicação financeira	10/02/2020	5,59%	1.326	4,19%	994	2,79%	663	
341	Queda da CDI	Aplicação financeira	06/01/2020	5,30%	18	3,98%	14	2,65%	9	
2.932	Queda da CDI	Aplicação financeira	23/12/2020	5,30%	156	3,98%	117	2,65%	78	
1.591	Queda da CDI	Aplicação financeira	25/03/2020	5,30%	84	3,98%	63	2,65%	42	
1.400	Queda da CDI	Aplicação financeira	24/01/2020	5,30%	74	3,98%	56	2,65%	37	
284.732					15.357		6.186		4.124	

Exposição	Risco	Tipo	Vencimento	Taxa efetiva em 31/12/2018	Provável		Apreciação de 25%		Apreciação de 50%	
					Valor	%	Valor	%	Valor	%
73.768	CDI	Aplicação	28/01/2019	5,18	3.824	6,48	248	7,78	297	
26.919	CDI	Aplicação	03/09/2019	6,34	1.706	7,92	135	9,5	162	
26.540	CDB	Aplicação	21/03/2019	5,54	1.469	6,92	102	8,3	122	
24.755	CDI	Aplicação	17/12/2020	5,76	1.426	7,2	103	8,64	123	
23.209	CDI	Aplicação	11/01/2019	0,0533	1237	0,0666	1546	0,0799	1855	
16.864	CDI	Aplicação	22/10/2019	0,0656	1106	0,082	1382	0,0983	1659	
15.612	CDI	Aplicação	20/03/2019	5,44	849	6,8	58	8,16	69	
15.530	CDI	Aplicação	26/03/2019	5,44	845	6,8	57	8,16	69	
14.243	CDI	Aplicação	19/12/2019	5,57	793	6,96	55	8,35	66	
12.273	CDI	Aplicação	02/01/2019	0,0642	788	0,0803	985	0,0963	1182	

Grupo NC Farma
Demonstrações financeiras combinadas
em 31 de dezembro de 2019

Exposição	Risco	Tipo	Vencimento	Taxa efetiva em 31/12/2018	Provável	Apreciação de 25%		Apreciação de 50%	
					Valor	%	Valor	%	Valor
11.981	CDI	Aplicação	24/09/2019	0,0665	797	0,0831	996	0,0998	1195
10.324	CDI	Aplicação	n/a	6,4	661	8	53	9,6	63
8.529	CDI	Aplicação	n/a	0,061	520	0,0762	650	0,0915	780
5.273	CDI	Aplicação	n/a	6,5	343	8,12	28	9,75	33
			02/07/2040 a						
3.635	CDI	Aplicação	30/05/2041	6,08	221	7,6	17	9,12	20
3.486	CDI	Aplicação	06/02/2019	5,44	190	6,8	13	8,16	15
3.394	CDI	Aplicação	19/12/2019	0,0557	189	6,96	236	8,35	283
3.365	CDI	Aplicação	27/02/2019	0,0557	187	6,96	234	8,35	281
2.722	CDI	Aplicação	27/02/2019	5,57	152	6,96	11	8,35	13
2.368	CDI	Aplicação	06/03/2019	5,5	130	6,88	9	8,26	11
2.158	CDI	Aplicação	27/03/2019	0,0546	118	0,0682	147	0,0983	177
1.655	CDI	Aplicação	10/12/2019	0,055	91	6,88	114	8,26	137
1.639	CDI	Aplicação	n/a	6,02	99	7,52	7	9,02	9
1.462	CDI	Aplicação	24/10/2019	5,44	80	6,8	5	8,16	6
1.352	CDI	Aplicação	20/02/2019	0,055	74	6,88	93	8,26	112
1.167	CDI	Aplicação	29/08/2019	6,02	70	7,52	5	9,02	6
1.146	CDI	Aplicação	20/02/2019	5,5	63	6,88	4	8,26	5
1.028	CDI	Aplicação	03/10/2023	6,02	62	7,52	5	9,02	6
820	CDI	Aplicação	28/03/2019	5,31	44	6,64	3	7,97	3
793	CDI	Aplicação	24/01/2019	0,052	41	0,065	52	0,078	62
622	CDI	Aplicação	10/12/2019	5,5	34	6,88	2	8,26	3
318.632					18.209		7.355		8.824

Exposição	Risco	Tipo	Vencimento	Taxa efetiva em 31/12/18	Provável	Deterioração de 25%		Deterioração de 50%	
					Valor	%	Valor	%	Valor
73.768	CDI	Aplicação	28/01/2019	5,18	3.824	3,89	149	2,59	99
26.919	CDI	Aplicação	03/09/2019	6,34	1.706	4,75	81	3,17	54
26.540	CDI	Aplicação	21/03/2019	5,54	1.469	4,15	61	2,77	41
24.755	CDI	Aplicação	17/12/2020	5,76	1.426	4,32	62	2,88	41
15.612	CDI	Aplicação	20/03/2019	5,44	849	4,08	35	2,72	23
15.530	CDI	Aplicação	26/03/2019	5,44	845	4,08	34	2,72	23
14.243	CDI	Aplicação	19/12/2019	5,57	793	4,18	33	2,78	22
10.324	CDI	Aplicação	n/a	6,4	661	4,8	32	3,2	21
5.273	CDI	Aplicação	n/a	6,5	343	4,87	17	3,25	11
			02/07/2040 a						
3.635	CDI	Aplicação	30/05/2041	6,08	221	4,56	10	3,04	7
3.486	CDI	Aplicação	06/02/2019	5,44	190	4,08	8	2,72	5
2.722	CDI	Aplicação	27/02/2019	5,57	152	4,18	6	2,78	4
2.368	CDI	Aplicação	06/03/2019	5,5	130	4,13	5	2,75	4
1.639	CDI	Aplicação	n/a	6,02	99	4,51	4	3,01	3
1.462	CDI	Aplicação	24/10/2019	5,44	80	4,08	3	2,72	2
1.167	CDI	Aplicação	29/08/2019	6,02	70	4,51	3	3,01	2
1.146	CDI	Aplicação	20/02/2019	5,5	63	4,13	3	2,75	2
1.028	CDI	Aplicação	03/10/2023	6,02	62	4,51	3	3,01	2
820	CDI	Aplicação	28/03/2019	5,31	44	3,98	2	2,66	1
622	CDB	Aplicação	10/12/2019	5,5	34	4,13	1	2,75	1
3.365	CDI	Aplicação	27/02/2019	0,0557	187	4,18	141	2,78	94
3.394	CDI	Aplicação	19/12/2019	0,0557	189	4,18	142	2,78	94
1.655	CDI	Aplicação	10/12/2019	0,055	91	4,13	68	2,75	46
1.352	CDI	Aplicação	20/02/2019	0,055	74	4,13	56	2,75	37
11.981	CDI	Aplicação	24/09/2019	0,0665	797	0,0499	598	0,0333	398
12.273	CDI	Aplicação	02/01/2019	0,0642	788	0,0482	591	0,0321	394
16.864	CDI	Aplicação	22/10/2019	0,0656	1.106	0,0492	829	0,0328	553
2.158	CDI	Aplicação	27/03/2019	0,0546	118	0,0409	88	0,0273	59
8.529	CDI	Aplicação	n/a	0,061	520	0,0457	390	0,0305	260
23.209	CDI	Aplicação	11/01/2019	0,0533	1.237	0,04	928	0,0266	618
793	CDI	Aplicação	24/01/2019	0,052	41	0,039	31	0,026	21
318.632					18.209		4.414		2.942

Grupo NC Farma
Demonstrações financeiras combinadas
em 31 de dezembro de 2019

Exposição	Risco	Tipo	Taxa efetiva	Provável		Apreciação 25%		Apreciação 50%	
			em 31/12/2019	Valor	%	Valor	%	Valor	
193.012	Leasing Financeiro	Empréstimo (Passivo)	100	448	125	560	150	672	
103.605	Arrendamento Mercantil	Arrendamento (Passivo)	100	4.655	125	5.819	150	6.982	
9.401	Arrendamento Mercantil	Arrendamento (Passivo)	100	938	125	1.173	150	1.407	
7.999	Arrendamento Mercantil	Arrendamento (Passivo)	100	798	125	998	150	1.197	
15.610	Arrendamento	Arrendamento (Passivo)	100	1.558	125	1.947	150	2.337	
40.707	P&D Finep	Empréstimo (Passivo)	100	132	125	165	150	198	
20.087	Projeto - Fábrica de Brasília	Empréstimo (Passivo)	100	87	125	108	150	130	
7.441	Projeto P,D&I	Empréstimo (Passivo)	100	22	125	28	150	33	
6.131	Pró/DF	Empréstimo (Passivo)	100	276	125	345	150	414	
2.280	Projeto Modernização - Subcrédito A	Empréstimo (Passivo)	100	7	125	8	150	10	
1.923	Projeto Expansão do CD- Jaguariúna	Empréstimo (Passivo)	100	6	125	7	150	8	
1.037	FINAME/Fabrima_Enca rchadeira Horizontal - Pomadas não estéreis	Empréstimo (Passivo)	100	4	125	5	150	6	
721	FINAME/Fabrima_Enca rchadeira Horizontal - Colírios FINA11	Empréstimo (Passivo)	100	3	125	4	150	5	
535	Projeto Modernização - Subcrédito B	Empréstimo (Passivo)	100	2	125	3	150	3	
341	FINAME/Promáquina_C olírios FINA10	Empréstimo (Passivo)	100	1	125	1	150	2	
292	FINAME/Promáquina FINA06	Empréstimo (Passivo)	100	1	125	1	150	2	
233	FINAME/Fabrima_Bala nça de Controle - Empilhador de Blister	Empréstimo (Passivo)	100	1	125	1	150	2	
145	FINAME/Fabrima_Ench edora de Bisnagas - Pomadas oftálmicas	Empréstimo (Passivo)	100	1	125	1	150	2	
53	FINAME/Bauch Campos	Empréstimo (Passivo)	100	-	125	-	150	-	
961	FINAME	Empréstimo (Passivo)	100	3	125	4	150	5	
17.054	BNDES	Empréstimo (Passivo)	100	48	125	61	150	73	
18.983	BNDES	Empréstimo (Passivo)	100	54	125	67	150	81	
14.740	BNDES	Empréstimo (Passivo)	100	228	125	285	150	342	
8.767	BNDES	Empréstimo (Passivo)	100	6	125	7	150	9	
1.244	BNDES	Empréstimo (Passivo)	100	2	125	2	150	3	
156	BNDES	Empréstimo (Passivo)	100	-	125	-	150	1	
122	BNDES	Empréstimo (Passivo)	100	-	125	-	150	-	
16.654	Carlos Sanches	Empréstimo (partes relacionadas)	100	333	125	416	150	500	
490.234				9.614		12.016		14.424	

Exposição	Risco	Tipo	Taxa efetiva	Provável		Deterioração 25%		Deterioração 50%	
			em 31/12/2019	Valor	%	Valor	%	Valor	
193.012	Leasing Financeiro	Empréstimo (Passivo)	100	448	75	336	50	224	
103.605	Arrendamento Mercantil	Arrendamento (Passivo)	100	4.655	75	3.491	50	2.327	
9.401	Arrendamento Mercantil	Arrendamento (Passivo)	100	938	75	704	50	469	
7.999	Arrendamento Mercantil	Arrendamento (Passivo)	100	798	75	599	50	399	
15.610	Arrendamento	Arrendamento (Passivo)	100	1.558	75	1.168	50	779	
40.707	P&D Finep	Empréstimo (Passivo)	100	132	75	99	50	66	
20.087	Projeto - Fábrica de Brasília	Empréstimo (Passivo)	100	87	75	65	50	43	
7.441	Projeto P,D&I	Empréstimo (Passivo)	100	22	75	17	50	11	
6.131	Pró/DF	Empréstimo (Passivo)	100	276	75	207	50	138	
2.280	Projeto Modernização - Subcrédito A	Empréstimo (Passivo)	100	7	75	5	50	3	
1.923	Projeto Expansão do CD- Jaguariúna	Empréstimo (Passivo)	100	6	75	4	50	3	
1.037	FINAME/Fabrima_Enca rchadeira Horizontal -	Empréstimo (Passivo)	100	4	75	3	50	2	

Grupo NC Farma
Demonstrações financeiras combinadas
em 31 de dezembro de 2019

Exposição	Risco	Tipo	Taxa efetiva	Provável		Deterioração 25%		Deterioração 50%	
			em 31/12/2019	Valor	Valor	%	Valor	%	Valor
193.012	Leasing Financeiro Pomadas não estéreis FINA12	Empréstimo (Passivo)	100	448	75	336	50	224	
721	FINAME/Fabrima_Encar tuchadeira Horizontal - Colírios FINA11	Empréstimo (Passivo)	100	3	75	2	50	2	
535	Projeto Modernização - Subcrédito B	Empréstimo (Passivo)	100	2	75	2	50	1	
341	FINAME/Promáquina_C olírios FINA10	Empréstimo (Passivo)	100	1	75	1	50	1	
292	FINAME/Promáquina FINA06	Empréstimo (Passivo)	100	1	75	1	50	1	
233	FINAME/Fabrima_Balan ça de Controle - Empilhador de Blister FINA14	Empréstimo (Passivo)	100	1	75	1	50	1	
145	FINAME/Fabrima_Enche dora de Bisnagas - Pomadas oftálmicas FINA13	Empréstimo (Passivo)	100	1	75	1	50	1	
53	FINAME/Bauch Campos FINA07	Empréstimo (Passivo)	100	-	75	-	50	-	
961	FINAME	Empréstimo (Passivo)	100	3	75	3	50	2	
17.054	BNDES	Empréstimo (Passivo)	100	48	75	36	50	24	
18.983	BNDES	Empréstimo (Passivo)	100	54	75	40	50	27	
14.740	BNDES	Empréstimo (Passivo)	100	228	75	171	50	114	
8.767	BNDES	Empréstimo (Passivo)	100	6	75	4	50	3	
1.244	BNDES	Empréstimo (Passivo)	100	2	75	1	50	1	
156	BNDES	Empréstimo (Passivo)	100	-	75	-	50	-	
122	BNDES	Empréstimo (Passivo)	100	-	75	-	50	-	
16.654	Carlos Sanches	Empréstimo (partes relacionadas)	100	333	75	250	50	167	
490.234		Empréstimo (Passivo)		9.614		7.211		4.809	

Exposição	Risco	Tipo	Taxa efetiva	Provável		Apreciação 25%		Apreciação 50%	
			em 31/12/2018	Valor	Valor	%	Valor	%	Valor
213.646	Leasing Financeiro	Empréstimo	100	601	125	751	150	902	
52.658	P&D Finep	Empréstimo	100	180	125	225	150	270	
20.120	Projeto - Fábrica de Brasília	Empréstimo	100	12	125	15	150	18	
7.419	Projeto P.D&I	Empréstimo	100	22	125	28	150	33	
6.819	Projeto Modernização - Subcrédito A	Empréstimo	100	20	125	25	150	30	
6.519	Projeto Expansão do CD- Jaguariúna	Empréstimo	100	19	125	24	150	29	
2.052	Pró/DF	Empréstimo	100	133	125	167	150	200	
1.532	Projeto Modernização - Subcrédito C	Empréstimo	100	58	125	73	150	87	
1.604	Projeto Modernização - Subcrédito B	Empréstimo	100	4	125	5	150	6	
1.687	FINAME/Fabrima_Encar tuchadeira Horizontal - Pomadas não estéreis FINA12	Empréstimo	100	6	125	8	150	9	
1.198	FINAME/Fabrima_Encar tuchadeira Horizontal - Colírios FINA11	Empréstimo	100	4	125	5	150	6	
857	FINAME/Promáquina_Lí quidos FINA09	Empréstimo	100	1	125	1	150	2	
567	FINAME/Promáquina_Co lírios FINA10	Empréstimo	100	2	125	3	150	3	
386	FINAME/Promáquina FINA06	Empréstimo	100	-	125	-	150	-	
372	FINAME/Fabrima_Balan ça de Controle - Empilhador de Blister FINA14	Empréstimo	100	1	125	1	150	2	

Grupo NC Farma
Demonstrações financeiras combinadas
em 31 de dezembro de 2019

Exposição	Risco	Tipo	Taxa efetiva	Provável		Apreciação 25%		Apreciação 50%	
			em 31/12/2018	%	Valor	%	Valor	%	Valor
223	FINAME/Fabrima_Enchedora de Bisnagas - Pomadas oftálmicas	Empréstimo	100	1	125	1	150	2	
70	FINAME/Bauch Campos	Empréstimo	100	-	125	-	150	-	
1.441	FINAME	Empréstimo	100	5	125	6	150	7	
2.903	BNDES	Empréstimo	100	4	125	5	150	6	
39.670	BNDES	Empréstimo	100	111	125	139	150	167	
28.436	BNDES	Empréstimo	100	431	125	539	150	647	
363	BNDES	Empréstimo	100	1	125	1	150	1	
30.278	BNDES	Empréstimo	100	85	125	106	150	128	
13.020	BNDES	Empréstimo	100	8	125	10	150	12	
194	BNDES	Empréstimo	100	-	125	1	150	1	
434.034				1.709		2.139		2.568	

Exposição	Risco	Tipo	Taxa efetiva	Provável		Deterioração 25%		Deterioração 50%	
			em 31/12/2018	%	Valor	%	Valor	%	Valor
213.646	Leasing Financeiro	Empréstimo	100	12	75	9	50	6	
52.658	P&D Finep	Empréstimo	100	22	75	17	50	11	
20.120	Projeto - Fábrica de Brasília	Empréstimo	100	20	75	15	50	10	
7.419	Projeto P,D&I	Empréstimo	100	19	75	14	50	10	
6.819	Projeto Modernização - Subcrédito A	Empréstimo	100	133	75	100	50	67	
6.519	Projeto Expansão do CD-Jaguariúna	Empréstimo	100	58	75	44	50	29	
2.052	Pró/DF	Empréstimo	100	4	75	3	50	2	
1.532	Projeto Modernização - Subcrédito C	Empréstimo	100	6	75	5	50	3	
1.604	Projeto Modernização - Subcrédito B	Empréstimo	100	4	75	3	50	2	
1.687	FINAME/Fabrima_Encartuchadeira Horizontal - Pomadas não estéreis	Empréstimo	100	1	75	1	50	1	
1.198	FINAME/Fabrima_Encartuchadeira Horizontal - Colírios FINA11	Empréstimo	100	2	75	2	50	1	
857	FINAME/Promáquina_Líquidos FINA09	Empréstimo	100	-	75	-	50	-	
567	FINAME/Promáquina_Colírios FINA10	Empréstimo	100	1	75	1	50	1	
386	FINAME/Promáquina FINA06	Empréstimo	100	1	75	1	50	1	
372	FINAME/Fabrima_Balança de Controle - Empilhador de Blister	Empréstimo	100	-	75	-	50	-	
223	FINAME/Fabrima_Enchedora de Bisnagas - Pomadas oftálmicas	Empréstimo	100	5	75	4	50	2	
70	FINAME/Bauch Campos	Empréstimo	100	4	75	3	50	2	
1.441	FINAME	Empréstimo	100	111	75	84	50	56	
2.903	BNDES	Empréstimo	100	431	75	323	50	216	
39.670	BNDES	Empréstimo	100	1	75	1	50	-	
28.436	BNDES	Empréstimo	100	85	75	64	50	43	
363	BNDES	Empréstimo	100	8	75	6	50	4	
30.278	BNDES	Empréstimo	100	-	75	-	50	-	
13.020	BNDES	Empréstimo	100	12	75	9	50	6	
194	BNDES	Empréstimo	100	22	75	17	50	11	
434.034				1.709		1.286		858	

(ix) Classificação contábil e mensuração dos valores justos

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

O Grupo estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. A Administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** premissas significativas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

De acordo com as disposições transitórias do CPC 46 (Mensuração do valor justo) o Grupo aplicou as novas medidas de mensuração do valor justo de forma prospectiva e as mudanças não tiveram impacto significativo nas mensurações dos ativos e passivos da Entidade combinada EMS.

A classificação de acordo com a hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros do Grupo mensurados a valor justo é determinada conforme segue:

2019	Valor justo de instrumentos financeiros por meio do resultado				Valor justo das demais categorias	Valor justo	Valor contábil
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total			
Ativos							
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	309.611	309.611	309.611
Contas a receber de clientes	-	-	-	-	944.583	944.583	944.583
Contas a receber de partes relacionadas	-	-	-	-	37.585	37.585	37.585
Mútuo entre partes relacionadas	-	-	-	-	316.093	316.093	316.093
Aplicação financeira vinculada a empréstimo	-	-	-	-	4.124	4.124	4.124
Outros recebíveis	-	-	-	-	73.736	73.736	73.736
Total	-	-	-	-	1.685.732	1.685.732	1.685.732
Passivos							
Fornecedores	-	-	-	-	(255.935)	(255.935)	(255.935)
Fornecedores partes relacionadas	-	-	-	-	(19.124)	(19.124)	(19.124)
Dividendos a pagar	-	-	-	-	(552.589)	(552.589)	(552.589)
Empréstimos	-	-	-	-	(473.580)	(473.580)	(473.580)
Empréstimos com partes relacionadas	-	-	-	-	(16.654)	(16.654)	(16.654)
Outras contas a pagar	-	-	-	-	(137.110)	(137.110)	(137.110)
Total	-	-	-	-	(1.454.992)	(1.454.992)	(1.454.992)

2018	Valor justo de instrumentos financeiros por meio do resultado				Valor justo das demais categorias	Valor justo	Valor contábil
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total			
Ativos							
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	338.129	338.129	338.129
Contas a receber de clientes	-	-	-	-	734.265	734.265	734.265
Contas a receber de partes relacionadas	-	-	-	-	52.756	52.756	52.756
Mútuo entre partes relacionadas	-	-	-	-	227.961	227.961	227.961
Aplicação financeira vinculada a empréstimo	-	-	-	-	12.164	12.164	12.164
Outros recebíveis	-	-	-	-	272.579	272.579	272.579
Total	-	-	-	-	1.637.854	1.637.854	1.637.854
Passivos							
Fornecedores	-	-	-	-	355.700	355.700	355.700
Fornecedores partes relacionadas	-	-	-	-	20.923	20.923	20.923
Dividendos a pagar	-	-	-	-	844.209	844.209	844.209
Empréstimos	-	-	-	-	434.034	434.034	434.034
Outras contas a pagar	-	-	-	-	168.949	168.949	168.949
Total	-	-	-	-	1.823.815	1.823.815	1.823.815

A Empresa utilizou os seguintes métodos e premissas para estimar a divulgação do valor justo de seus instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

Caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira vinculada a empréstimo: são apresentados ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.

Contas a receber de clientes e partes relacionadas: decorrem diretamente das operações do Grupo e seus clientes e são classificados como custo amortizado. São registrados pelos seus valores originais e estão sujeitos a provisão para perdas de valor recuperável. Os valores originais líquidos de provisão se assemelham aos valores justos na data de encerramento das demonstrações financeiras.

Empréstimos a receber de partes relacionadas: são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos seus valores contratuais.

Empréstimos e financiamentos: são classificados como outros passivos financeiros estão registrados pelos seus valores contratuais.

Fornecedores a pagar e fornecedores partes relacionadas: decorrem diretamente das operações de compra de mercadorias do Grupo com seus fornecedores e são classificados como outros passivos financeiros. São registrados pelos seus valores originais que se assemelham aos valores justos na data de encerramento das demonstrações financeiras.

Outros recebíveis e outras contas a pagar: são apresentados pelo seu valor original que se assemelham ao valor justo na data de encerramento das demonstrações financeiras.

12 Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Banco	29.003	31.660
Aplicações financeiras	<u>280.608</u>	<u>306.469</u>
	<u><u>309.611</u></u>	<u><u>338.129</u></u>

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e tem como contraparte instituições financeiras nacionais, cujas taxas de rendimentos estão atreladas ao CDI. O percentual do CDI é entre 80% e 101,53% em 2019 e entre 81% e 100,70% em 2018.

13 Aplicação financeira vinculada a empréstimo

	2019	2018
Aplicações financeira vinculada a empréstimo	<u>4.124</u>	<u>12.164</u>
	<u><u>4.124</u></u>	<u><u>12.164</u></u>

A aplicação financeira classificada no longo prazo no valor de R\$ 4.124 (R\$ 12.164 em 2018) efetuada no Banco de Brasília, trata-se de garantia do financiamento de ICMS concedido à Entidade combinada EMS à título de subvenção governamental (Nota 8.e). O montante somente poderá ser utilizado para a quitação total das parcelas finais do financiamento.

14 Contas a receber de clientes

	2019	2018
Contas a receber de clientes	970.929	770.082
(-) Provisão por redução ao valor recuperável	<u>(26.346)</u>	<u>(35.817)</u>
Contas a receber de clientes, líquidas	<u><u>944.583</u></u>	<u><u>734.265</u></u>

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as contas a receber de clientes encontram-se em aberto:

	2019	2018
Vincendos	831.032	623.736
Vencidos até três meses	88.452	71.726
Vencidos de três a seis meses	33.235	30.806
Vencidos acima de seis meses	<u>18.210</u>	<u>43.814</u>
Total	<u><u>970.929</u></u>	<u><u>770.082</u></u>

Os saldos a receber de clientes são registrados pelo valor líquido e não auferem juros. Os valores a receber de clientes estão reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. A provisão por perda ao valor recuperável foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

As movimentações na provisão por perda ao valor recuperável do Grupo são as seguintes:

	2019	2018
Em 1o de janeiro	<u>(35.817)</u>	<u>(35.878)</u>
Combinação de negócios	-	(1.157)
Constituição de provisão	(5.374)	(26.081)
Reversão de provisão	12.001	26.448
Baixas para perdas	<u>2.844</u>	<u>851</u>
Em 31 de dezembro	<u><u>(26.346)</u></u>	<u><u>(35.817)</u></u>

As contas a receber de clientes, líquidas das perdas ao valor recuperável, são denominadas nas seguintes moedas:

	2019	2018
Reais	935.397	726.653
Euro	4.031	4.623
Dólares americanos	<u>5.155</u>	<u>3.189</u>
	<u><u>944.583</u></u>	<u><u>734.465</u></u>

15 Estoques

	2019	2018
Matéria-prima	400.158	286.992
Produtos acabados	335.241	195.956
Produtos em elaboração	128.862	89.057
Material de embalagem e outros	58.018	37.782
Adiantamento a fornecedores terceiros	46.191	78.278
Importações em andamento	9.431	13.608
Provisão para obsolescência	<u>(50.140)</u>	<u>(33.124)</u>
	<u><u>927.761</u></u>	<u><u>668.549</u></u>

O consumo de matérias primas, os materiais de consumo e variações no saldo de estoques de produtos em elaboração e produtos acabados incluídos no “Custo das Vendas” totalizaram em 2019 (858.443) e (913.241 em 2018).

Os critérios utilizados para a constituição da provisão para obsolescência estão detalhados na nota explicativa 8.m.

	2019	2018
Em 1º de janeiro	(33.124)	(36.520)
Adição por combinação de negócio	-	(6.637)
Constituição da provisão	(39.411)	(21.929)
Reversão	15.973	29.380
Baixas	<u>6.422</u>	<u>2.582</u>
Em 31 de dezembro	<u><u>(50.140)</u></u>	<u><u>(33.124)</u></u>

16 Tributos a recuperar

	2019	2018
Programa de integração social - PIS e Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS (a)	239.221	185.236
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS (b)	151.210	81.368
Imposto sobre produtos industrializados – IPI	36.150	11.624
Outros	38.787	30.659
	465.368	308.887
Circulante	391.498	234.185
Não circulante	73.870	74.702
	465.368	308.887

(a) Refere-se a crédito a Pis e Cofins sobre aquisição de insumos.

(b) O crédito refere-se a ICMS sobre aquisição de insumos.

17 Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar

	2019	2018
IRPJ	71.252	63.087
CSLL	31.618	29.840
IRRF e CSRF	33	1.532
	102.903	94.459

18 Outros recebíveis

	2019	2018
Indenização de sinistro (*)	804	200.395
Adiantamento à fornecedores	38.789	39.654
Adiantamento à funcionários	14.107	18.227
Outros	20.036	14.303
	73.736	272.579
Circulante	67.786	267.502
Não circulante	5.950	5.077
	73.736	272.579

(*) Em 2018 foi reconhecido um montante estimado de prejuízos indenizáveis à EMS, conforme condições e cláusulas contratuais de apólice de seguro em virtude de sinistro ocorrido em 20 de outubro de 2018 pelo incêndio na dependência da EMS na cidade de Hortolândia, Estado de São Paulo. Esse saldo está composto substancialmente pelos custos dos estoques e dos ativos imobilizados atingidos pelo incêndio na referida data. A contrapartida deste montante foi reconhecido no resultado do exercício na rubrica “outras receitas (despesas) operacionais conforme demonstrado na nota explicativa 28. Em 2019 houve o reembolso por parte da seguradora, no qual, este valor foi captado na rubrica de caixa e equivalentes e absorvido pela operação da empresa.

19 Imobilizado

	Terrenos e edificações	Veículos e máquinas	Móveis, utensílios e equipamentos	Benfeitorias e Outros	Obras em andamento (*)	Aeronave	Total
Em 31 de dezembro de 2018							
Saldo inicial	320.391	289.395	26.856	75	108.856	219.104	964.677
Aquisições	10.567	64.827	5.861	-	57.414	-	138.669
Baixas	(3.838)	(12.181)	(1.730)	(9)	(4.142)	-	(21.900)
Transferências	27.354	55.475	1.419	-	(84.372)	-	(124)
Baixas de depreciação	1.755	7.837	1.078	4	-	-	10.674
Depreciação	(3.437)	(8.234)	(1.779)	-	-	(11.915)	(25.365)
Saldo contábil, líquido	<u>352.792</u>	<u>397.119</u>	<u>31.705</u>	<u>70</u>	<u>77.756</u>	<u>207.189</u>	<u>1.066.631</u>
Em 31 de dezembro de 2019							
Custo	443.964	628.180	69.630	894	77.756	231.715	1.452.139
Depreciação acumulada	(91.172)	(231.061)	(37.925)	(824)	-	(24.526)	(385.508)
	<u>352.792</u>	<u>397.119</u>	<u>31.705</u>	<u>70</u>	<u>77.756</u>	<u>207.189</u>	<u>1.066.631</u>
Arrendamento							
	Terrenos e edificações	Veículos e máquinas	Móveis, utensílios e equipamentos	Benfeitorias e Outros	Obras em andamento (*)	Aeronave	Total
Ativos de direito de uso-arrendamento							
Adoção inicial em 01.01.2019 CPC 06 / IFRS 16	87.974	45.378	505	6.507	-	-	140.364
Aquisições	8.604	7.177	942	450	-	-	17.173
Depreciação	(8.679)	(23.891)	(513)	(495)	-	-	(33.578)
Saldo contábil, líquido	<u>87.899</u>	<u>28.664</u>	<u>934</u>	<u>6.462</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>123.959</u>
Em 31 de dezembro de 2019							
Custo	96.578	52.555	1.447	6.957	-	-	157.537
Depreciação acumulada	(8.679)	(23.891)	(513)	(495)	-	-	(33.578)
	<u>87.899</u>	<u>28.664</u>	<u>934</u>	<u>6.462</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>123.959</u>
Total do Ativo e Arrendamento							
	Terrenos e edificações	Veículos e máquinas	Móveis, utensílios e equipamentos	Outros	Obras em andamento (*)	Aeronave	Total
Saldo contábil, líquido (Ativo e arrendamento)							
Em 31 de dezembro de 2019							
Custo	540.542	680.735	71.077	7.851	77.756	231.715	1.609.676
Depreciação acumulada	(99.851)	(254.952)	(38.438)	(1.319)	-	(24.526)	(419.086)
	<u>440.691</u>	<u>425.783</u>	<u>32.639</u>	<u>6.532</u>	<u>77.756</u>	<u>207.189</u>	<u>1.190.590</u>

Em 31 de dezembro de 2017

Saldo inicial	297.305	273.304	25.777	76	51.203	35.947	683.612
Aquisições	3.195	9.386	3.465	-	80.733	212.904	309.683
Custo de ativos adquiridos em combinação de negócio	17.270	32.498	6.790	-	-	-	56.558
Valor justo dos ativos adquiridos	18.908	(1.114)	(2.855)	-	-	-	14.940
Baixas	(41)	(930)	(514)	-	(10.420)	(30.919)	(42.824)
Transferências	1.215	10.784	661	-	(12.660)	-	-
Depreciação	(17.462)	(34.533)	(6.468)	(1)	-	1.172	(57.292)
Saldo contábil, líquido	320.391	289.395	26.856	75	108.856	219.104	964.677

Em 31 de dezembro de 2018

Custo	409.881	520.059	64.080	903	108.856	231.715	1.335.494
Depreciação acumulada	(89.490)	(230.664)	(37.224)	(828)	-	(12.611)	(370.817)
	320.391	289.395	26.856	75	108.856	219.104	964.677

(*) Obras em andamento referem-se a investimentos para expansão de linhas de produção.

A movimentação de maior representatividade em 2019 em “obras em andamento”, na Empresa Novamed foram as aquisições de duas máquinas revestidoras de comprimidos. Esses equipamentos realizam o revestimento dos comprimidos com uma película constituída de polímero cujo objetivo é mascarar sabor, facilitar a deglutição, aumentar a estabilidade da forma farmacêutica em comprimido e modular a liberação do ativo no trato gastrointestinal. Em fevereiro de 2020, eles foram completamente instalados e transferidos pra rubrica de máquinas e equipamentos.

Os empréstimos bancários da EMS estão garantidos por ativos imobilizados no montante de R\$ 25.821 (R\$ 30.732 em 2018).

20 Fornecedores

	2019	2018
Fornecedores estrangeiros	104.425	207.116
Fornecedores nacionais	93.024	106.247
Fornecedores de serviços	57.486	42.337
	255.935	355.700

21 Empréstimos e financiamentos

	Taxa de juros	Vencimento	2019	2018
Banco Regional de Brasília - financ. do ICMS	25 % do INPC (a)	Dezembro de 2031	6.131	2.052
BNDES	TJLP + 1,59% a.a. (b)	Junho de 2020	2.280	6.819
BNDES	6,0% a.a. (c)	Junho de 2020	535	1.604
BNDES	TJLP + 1,79% a.a. (d)	Mai de 2020	1.923	6.519
BNDES	TJLP + 1,75% a.a. (e)	Março de 2026	4.734	4.719
BNDES	TJLP + 2,25% a.a. (f)	Março de 2026	2.708	2.699
BNDES	IPCA + 4,6% a.a. (g)	Setembro de 2025	20.087	20.012
BNDES	3,5% a.a. (h)	Setembro de 2020	1.244	2.903
BNDES	TJLP + 1,5% a.a. (i)	Setembro de 2020	17.054	39.670
BNDES	TR + 1,5% a.a. (j)	Outubro de 2020	14.740	28.436
BNDES	TJLP (k)	Setembro de 2020	156	363
BNDES	TJLP + 1,5% a.a. (l)	Agosto de 2021	18.983	30.278
BNDES	Selic + 1,7% a.a. (m)	Agosto de 2021	8.767	13.020
BNDES	TJLP (n)	Agosto de 2021	122	194
FINEP	TJLP + 2,0% a.a. (o)	Abril de 2023	40.707	52.767

	Taxa de juros	Vencimento	2019	2018
FINAME	2,5% a.a. e 3% a.a. (p)	Janeiro a Fevereiro de 2023	345	1.314
FINAME	TJLP + 3,50% a.a. (q)	Junho a Outubro de 2021	2.477	4.046
FINAME	TJLP + 3,50% a.a. (r)	Dezembro 2021	961	1.438
Arrendamento Mercantil	(s)	Janeiro de 2020 até Dezembro 2032	136.615	-
Leasing financeiro	6,6% a.a. à Libor + 3,5% a.a.(t)	Fevereiro 2020 à Maio 2023	193.012	215.181
			473.581	434.034
Parcela do Circulante			145.998	108.961
Parcela do não circulante			327.582	325.073

Taxa efetiva anual.

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.

TR – Moeda BNDES 018.

Selic – Moeda BNDES 143.

INCP – Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC | IBGE.

ICPA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA. | IBGE

- (a) Banco Regional de Brasília - refere-se à concessão do benefício creditício deferido em favor do Grupo no âmbito do Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal (PRÓ-DF) no montante de até R\$ 458.638 (valor original).

Cada parcela corresponde ao valor equivalente a 70% do crédito tributário constituído pela incidência do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) originado pela importação de produtos químicos orgânicos e matérias-primas, entre outros, realizadas por estabelecimento da EMS S.A. localizado no Distrito Federal.

O financiamento ocorre através do BRB e tem carência de 300 meses (25 anos) da data de cada parcela liberada, conforme Portaria no 182, de 19 de maio de 2009 - Publicada no DODF no 097, de 21 de maio de 2009.

Sobre os valores incide encargos correspondentes a 25% do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), sendo que aos encargos apurados nos meses de janeiro a dezembro de cada ano são exigidos no mês de janeiro do ano subsequente.

O financiamento está garantido pelas aplicações em CDBs de emissão do BRB efetuadas pelo Grupo, as quais são remuneradas por 97% da variação da taxa do CDI, no valor equivalente a 10% do valor de cada parcela liberada do crédito, que somente poderá ser utilizado para quitação total das parcelas finais, o valor da respectiva aplicação financeira era de R\$ 4.124 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 3.635 em 31 de dezembro de 2018).

Fica entendido que o benefício creditício poderá ser cancelado, ficando assegurado o credor (Banco BRB) o direito de declarar vencido antecipadamente o instrumento de crédito, tornando imediatamente exigível o total da dívida, nas seguintes hipóteses: (i) o Grupo deixe de cumprir as obrigações do contrato e da legislação do PRO/DF; (ii) se ficar em situação irregular perante o cadastro fiscal da secretaria da receita federal e da secretaria da fazenda do distrito federal; (iii) utilizar o imóvel destinado à implementação do projeto de empreendimento produtivo para fins residenciais; e (iv) ocorrência de encerramento das atividades do empreendimento objeto do incentivo.

O benefício econômico (subvenção governamental), calculado considerando a diferença entre a taxa de mercado da data de liberação do financiamento e as taxas de juros obtida (curva prefixada (PRE x DI) da BM&F), é reconhecido como receita diferida e lançada no resultado linearmente de acordo com o prazo de vencimento de cada liberação efetuada. Em 31 de dezembro de 2019, a receita diferida reconhecida pelo Grupo era de R\$ 19.032 (R\$ 19.032 em 31 de dezembro de 2018).

Em 31 de março de 2014, o Grupo participou da sessão pública do leilão BRB/FUNDEFE No. 001/2014 para liquidação antecipada do financiamento com recursos do FUNDEFE/PRÓ-DF II. Na mesma data foram liquidados os lotes 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29 e 30 do leilão referente a CCC 2001.000030-0/01-9 pelo montante de R\$ 16.587. O saldo remanescente refere-se às parcelas do ano de 2013 ainda não liberadas pelo programa PRÓ-DF.

Em 2014 o programa PRÓ-DF foi substituído por um novo programa instituído pelo Distrito Federal através da Lei 5.017, de 18 de janeiro de 2013 (IDEAS - Incentivo ao Desenvolvimento Econômico, Ambiental e Social).

Durante o exercício de 2019, o Grupo não efetuou movimentação para reconhecimento de ganho de subvenção e recebeu a liberação de R\$ 4.079 referente ao benefício do ICMS.

- (b) Contrato 14.2.0208.1 - Empréstimo destinado à transferência e modernização da linha de penicilânicos da planta de São Bernardo do Campo - SP para uma unidade produtiva em Jaguariúna - SP e modernização da planta de Hortolândia - SP, no âmbito do Programa BNDES de Apoio ao Desenvolvimento do Complexo Industrial da Saúde - BNDES Profarma, Subprograma Produção. Atualmente o saldo em aberto é de R\$ 2.280 – Subcrédito A.
- (c) Contrato 14.2.0208.1 - Empréstimo destinado à modernização da linha de penicilânicos da unidade produtiva em Jaguariúna - SP à aquisição de equipamentos nacionais, no âmbito do Programa BNDES de Apoio ao Desenvolvimento do Complexo Industrial da Saúde - BNDES Profarma, Subprograma Produção. Atualmente o saldo em aberto é de R\$ 535 – Subcrédito B.
- (d) Contrato 15.2.0040. - Contrato de financiamento firmado com BNDES em 14 de maio de 2015, destinado a expansão do Centro de Distribuição logístico localizado na cidade de Jaguariúna/SP. O BNDES concedeu um crédito R\$ 19.141, o qual foi disponibilizado em parcelas, de acordo com a necessidade do Grupo e a disponibilidade de recursos do BNDES, após o cumprimento das condições estabelecidas para a liberação do crédito, entre elas a comprovação da utilização dos recursos outrora liberados. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 1,79% a.a. acima da TJLP (TJLP + 1,79% a.a.), sendo os juros exigidos trimestralmente a partir de 15 de outubro de 2015 e mensalmente a partir de 15 de novembro de 2016, quando o principal também se torna devido. O saldo devedor será liquidado em parcelas mensais devidos até 15 de maio de 2020. Atualmente o saldo em aberto é de R\$ 1.923.

- (e) Contrato 16.2.0747.1 - Contrato de P&D com crédito contratado que será liberado em subcréditos conforme prestação de contas, com taxa de juros TJLP + 1,75% e com pagamento final 15/03/2026 – Subcrédito A.
- (f) Contrato 16.2.0747.1 - Contrato de P&D com crédito contratado que será liberado em subcréditos conforme prestação de contas, com taxa de juros TJLP + 2,25% e com pagamento final 15/03/2026 – Subcrédito B.
- (g) Contrato 18.2.0338.1 - Contrato de financiamento firmado com o BNDES em 2018 para melhoria da unidade fabril de Brasília. Juros exigidos trimestralmente até 15 de setembro de 2020 e mensalmente a partir de 15 de outubro de 2020, quando o principal também se torna devido.
- (h) Contrato 13.2.0668.1 - Contrato de financiamento para aquisição de equipamentos nacionais para nova fábrica da Novamed construída em Manaus e inaugurada em 2014 – Subcrédito A.
- (i) Contrato 13.2.0668.1 - Contrato de financiamento para construção da fábrica da Novamed em Manaus – Subcrédito B.
- (j) Contrato 13.2.0668.1 - Contrato de financiamento para aquisição de equipamentos importados para nova fábrica da Novamed em Manaus – Subcrédito C.
- (k) Contrato 13.2.0668.1 - Contrato de financiamento para o projeto social no estado do Amazonas – Subcrédito D.
- (l) Contrato 14.2.0548.1 - Contrato de suplementação ao financiamento para construção da fábrica da Novamed em Manaus – Subcrédito A.
- (m) Contrato 14.2.0548.1 - Contrato de suplementação ao financiamento para aquisição de equipamentos importados para nova fábrica da Novamed em Manaus – Subcrédito B.
- (n) Contrato 14.2.0548.1 - Contrato de financiamento para projeto social no estado do Amazonas – Subcrédito C.
- (o) Contrato 09.16.0010.00 - Refere-se ao custeio parcial das despesas incorridas na elaboração e execução do Plano Estratégico de Inovação aprovado e disponibilizado pela FINEP, de acordo com o Cronograma de Desembolso. Sobre o principal da dívida incidirão, pro rata tempore, juros compostos de TJLP acrescidos de 5% ao ano a título de spread, reduzidos por equalização equivalente a 3% a ano.
- (p) Contratos com banco Itaú de financiamentos para aquisição de equipamentos para linhas de produção da fábrica da EMS de Hortolândia.
- (q) Contratos com banco Alfa de financiamentos para aquisição de equipamentos para expansão de modernização de linhas de produção da fábrica da EMS de Hortolândia.
- (r) Contrato com banco Alfa de financiamento para construção e implantação de subestação de energia para Novamed em Manaus.

- (s) A partir de 1º de janeiro de 2019, o CPC 06(R2), que introduz um único modelo de arrendamento, substituindo o conceito de classificação entre arrendamento mercantil operacional e financeiro. O principal objetivo é definir se existe um arrendamento nos contratos ou se o contrato é uma prestação de serviço. Após esta definição, se um contrato contiver um arrendamento, deverá ser contabilizado no ativo, a ser depreciado e no passivo com apropriação de encargos financeiros. Reconhecimento de passivo de arrendamento mercantil na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do passivo de arrendamento mercantil foi realizada ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontado a partir das taxas de juros incrementais de empréstimo, agrupadas por natureza do ativo, região e prazo contratual.
- (t) Leasing Financeiro JP Morgan para compra de uma aeronave e Leasing do helicóptero com Bladex.

Os contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas restritivas não financeiras que foram integralmente atendidas no encerramento do exercício.

A Novamed forneceu ao BNDES imóveis adquiridos com o recurso do financiamento e fiança bancária como garantia no montante de R\$ 72.220 (R\$ 114.866 em 2018).

Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo circulante e não circulante em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são os seguintes:

Ano	2019	2018
De 13 até 24 meses	117.753	182.162
De 25 meses em diante	209.829	142.911
Total	327.582	325.073

Reconciliação entre movimento de posição financeira e fluxos de caixa de atividades de financiamento

	2019			
	Empréstimo de Curto Longo prazo	Dividendos Propostos	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro do ano anterior	434.034	844.209	-	1.278.243
Itens de fluxo de caixa de atividade de financiamento:				
Aplicação financeira vinculada a empréstimo	-	-	(489)	(489)
Captação de empréstimos	-	-	-	-
Captação de empréstimos com partes relacionadas	-	-	16.000	16.000
Amortização de empréstimos	(106.792)	-	-	(106.792)
Amortização de arrendamento	(47.955)	-	-	(47.955)
Dividendos Pagos	-	(501.750)	-	(501.750)
Total do fluxo de caixa usado na atividade de financiamento	<u>(154.747)</u>	<u>(501.750)</u>	<u>15.511</u>	<u>(640.986)</u>

Outros Itens:

	2019			
	Empréstimo de Curto Longo prazo	Dividendos Propostos	Outros	Total
Despesas com juros e variação cambial	27.128	-	815	27.943
Pagamento de juros e variação cambial	(15.689)	-	(161)	(15.850)
Dividendos provisionados	-	210.130	-	210.130
	<u>11.439</u>	<u>210.130</u>	<u>654</u>	<u>222.223</u>
Total de outros itens	<u>11.439</u>	<u>210.130</u>	<u>654</u>	<u>222.223</u>
Saldo em 31 Dezembro do ano corrente	<u>290.726</u>	<u>552.589</u>	<u>16.165</u>	<u>859.480</u>
	2018			
	Empréstimo de Curto Longo prazo	Dividendos Propostos	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro do ano anterior	314.092	180.474	-	494.566
Itens de fluxo de caixa de atividade de financiamento:				
Aplicação financeira vinculada a empréstimo	-	-	(263)	(263)
Captação de empréstimos	230.477	-	-	230.477
Captação de empréstimos com partes relacionadas	-	-	-	-
Amortização de empréstimos	(111.763)	-	-	(111.763)
Amortização de arrendamento	-	-	-	-
Dividendos Pagos	-	(625.368)	-	(625.368)
Total do fluxo de caixa usado na atividade de financiamento	<u>118.714</u>	<u>(625.368)</u>	<u>(263)</u>	<u>(506.917)</u>
Outros Itens:				
Despesas com juros e variação cambial	34.087	-	-	34.089
Pagamento de juros e variação cambial	(32.859)	-	-	(32.859)
Dividendos provisionados	-	1.289.103	-	1.289.103
Total de outros itens	<u>1.228</u>	<u>1.289.103</u>	<u>-</u>	<u>1.290.331</u>
Saldo em 31 Dezembro do ano corrente	<u>434.034</u>	<u>844.209</u>	<u>(263)</u>	<u>1.277.980</u>

Segue abaixo a movimentação do saldo de arrendamento mercantil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

	2019
Adoção inicial	151.785
Novos contratos	9.159
Correção	8.290
Pagamento	(47.955)
Juros	15.336
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>136.615</u>

22 Provisão para perdas com processos judiciais e depósitos judiciais

O Grupo é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, conforme segue:

a. Composição

Nas datas das demonstrações financeiras, o Grupo e o Grupo apresentavam os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

	Provisões para perdas com processos judiciais		Depósitos judiciais		Saldo líquido	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Contingências tributárias e cíveis (i)	64.498	62.207	(18.340)	(17.954)	(46.158)	44.253
Contingências trabalhistas e previdenciárias (ii)	85.937	128.396	(30.049)	(27.918)	(55.888)	100.478
	<u>150.435</u>	<u>190.603</u>	<u>(48.389)</u>	<u>(45.872)</u>	<u>(102.046)</u>	<u>144.731</u>

As movimentações das provisões para contingências estão demonstradas a seguir:

	2019	2018
Em 1º de janeiro	190.603	151.035
Adição por combinação de negócios	-	21.757
Constituição da provisão	19.193	61.412
Passivo contingente assumido na combinação de negócio	-	7.746
Atualização monetária	9.054	13.882
Baixas para perda	(41.730)	(32.118)
Reversão de provisão	(26.685)	(32.911)
Em 31 de dezembro	<u>150.435</u>	<u>190.603</u>

O valor integral da provisão para contingência está classificado no passivo não circulante.

(i) *Processos cíveis e tributários*

Refere-se substancialmente a ações cíveis, ajuizadas por consumidores alegando, em síntese, não conformidades em relação aos medicamentos produzidos pelo Grupo.

(ii) *Processos trabalhistas*

O Grupo constituiu provisão para contingências para ações trabalhistas em que figura como ré com base em estimativa de perda preparada pelos seus consultores jurídicos, as quais têm como principais pedidos: horas extras, indenizações por acidente de trabalho e responsabilidades subsidiárias de empresas terceirizadas.

A administração o Grupo, com base na opinião de seus consultores jurídicos, entende não haver riscos significativos que não estejam cobertos por provisões suficientes em suas demonstrações financeiras ou que possam resultar em impacto significativo sobre seus resultados futuros.

(iii) Perdas possíveis, não provisionadas

O Grupo tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização, conforme composição e estimativa a seguir:

	2019	2018
Fiscais (IR/CSLL) (*)	1.855.780	1.586.108
Trabalhistas	185.915	200.703
Cíveis (***)	107.123	245.717
Fiscais- Outros (**)	322.368	324.133
	2.471.186	2.356.661

(*) Refere-se ao auto de infração nº 16643.000392/2010-61 lavrado pela Receita Federal e se trata de processo administrativo para cobrança de Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ"), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), Programa de Integração Social ("PIS"), Contribuição para Fins Sociais ("COFINS") e multas isoladas mais encargos, tendo como base suposta indedutibilidade de amortização de ágio na incorporação de empresa que teria reduzido artificialmente a base de cálculo do IRPJ e da CSLL. Não obstante a regularidade do procedimento adotado, a Fiscalização glosou as despesas de amortização de ágio por ter entendido, em síntese, que não houve propósito negocial para aquisição da participação societária com ágio já que a operação ocorreu "dentro do mesmo grupo econômico".

O Grupo com o apoio de seus consultores tributários especialistas nesta área, classifica como possíveis as chances de êxito uma vez que, ao contrário do alegado pelo Fisco, a operação possuiu forte propósito negocial envolvendo *joint venture* com empresa estrangeira, estranha ao Grupo econômico, visando o ingresso/consolidação do Grupo no mercado farmacêutico europeu, principalmente pela legislação que trata dos medicamentos em questão ser extremamente aderente a do Brasil. Além disso, a operação foi realizada dentro da estrita legalidade, sendo que todos os atos foram devidamente registrados e publicados, o que demonstra a inexistência de má fé, reconhecida, inclusive, pela 1ª Turma do CARF, que cancelou a autuação. Recentemente, a empresa obteve decisão judicial, que manteve essa decisão favorável à empresa (determinando a anulação da decisão proferida em última instância administrativa, que havia acolhido recurso da Fazenda Nacional, o qual não preencheu os requisitos para admissibilidade).

(**) O Grupo possui incentivo fiscal de ICMS concedido pelo governo estadual de Brasília. O Supremo Tribunal Federal (STF) proferiu decisões em Ações Diretas, declarando a inconstitucionalidade de diversas leis estaduais que concederam benefícios fiscais de ICMS sem prévio convênio entre os Estados.

Embora não possua incentivos fiscais de ICMS julgados pelo STF, o Grupo vem acompanhando, com seus assessores legais, a evolução dessa questão nos tribunais para determinar eventuais impactos em suas operações e consequentes reflexos nas demonstrações financeiras.

(***) Refere-se substancialmente a distrato contratual onde estão sendo discutidos indenização por lucros cessantes, multas e juros. Os valores em 2018 foram revisados pelos advogados para refletir uma expectativa de discussão de montante mais realista baseados em matéria de prova.

b. Incerteza sobre tratamentos tributários

Conforme demonstrado no quadro acima, as autoridades fiscais alegam que o Grupo não atende a todos os critérios para deduzir a amortização do ágio para fins de imposto de renda e contribuição social. O Grupo entende que o ágio surgiu de uma operação com base econômica e, portanto, pode ser utilizado para fins tributários. Nenhum valor foi reconhecido nessas demonstrações financeiras consolidadas porque o Grupo acredita que a regra tributária utilizada no passado estava em conformidade com a lei aplicável e acredita que é provável que defenda com êxito o tratamento tributário do Grupo em juízo.

O Grupo acredita que suas provisões para passivos fiscais são adequadas para todos os exercícios fiscais com base em sua avaliação de muitos fatores, incluindo interpretações da lei tributária e experiências anteriores.

23 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias/prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte movimentação e origem em 2019:

	Saldo em 31/12/2018	Reconhecido no resultado	Saldo em 31/12/2019
Provisão para processos judiciais	58.705	(12.825)	45.880
Provisão para faturados e não embarcados (cut-off)	42.657	(16.824)	25.833
Provisão por perda ao valor recuperável	7.039	(4.895)	2.144
Provisão para obsolescência	13.311	3.350	16.661
Provisão para participação no resultado	10.281	(3.500)	6.781
Provisão para amostra grátis	1.627	3.150	4.777
Provisão para locação de veículos	157	789	946
Outras provisões	14.804	7.825	22.629
Ganho por compra vantajosa Multilab	(18.168)	762	(17.406)
Provisão para variação cambial diferida para fins fiscais	2.409	(10.758)	(8.349)
Provisão para juros sobre mútuo	-	(32.139)	(32.139)
Receita de subvenção	-	1.417	1.417
Arrendamento IFRS 16	-	1.917	1.917
	<u>132.822</u>	<u>61.731</u>	<u>71.091</u>

	Saldo em 31/12/2017	Reconhecido no resultado	Saldo em 31/12/2018
Provisão para processos judiciais	50.602	8.103	58.705
Provisão para faturados e não embarcados (cut-off)	16.028	26.629	42.657
Provisão por perda ao valor recuperável	12.199	(5.160)	7.039
Provisão para obsolescência	12.508	803	13.311
Provisão para participação no resultado	11.502	(1.221)	10.281
Provisão para amostra grátis	1.738	(111)	1.627
Provisão para locação de veículos	775	(618)	157
Outras provisões	12.203	5.798	14.804
Ganho por compra vantajosa Multilab	-	(18.168)	(18.168)

	Saldo em 31/12/2017	Reconhecido no resultado	Saldo em 31/12/2018
Provisão para variação cambial diferida para fins fiscais	(217)	2.626	2.409
Prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social	<u>5.524</u>	<u>(5.524)</u>	<u>-</u>
Ajuste no resultado diferido referente a combinação de negócio (Multilab)	<u>-</u>	<u>109</u>	<u>-</u>
	<u>122.862</u>	<u>13.266</u>	<u>132.822</u>

b. Imposto de renda e contribuição social corrente

A conciliação das despesas de imposto de renda e contribuição social é demonstrada a seguir:

	2019	2018
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>1.592.246</u>	<u>1.226.814</u>
Incentivos fiscais	(138.402)	(146.077)
Imposto calculado com base em alíquotas de imposto locais - 34%	(494.307)	(367.451)
Programa de Apoio ao Trabalhador (PAT)	253	270
Inovação tecnológica (P&D) Lei nº 11.196/05 (EMS)	2.491	10.916
Redução 75% do imposto de renda por subvenção (Novamed)	118.452	92.811
Subvenção do investimento	11.633	-
Reinvestimento	6.385	6.000
Exclusão reembolso de seguro	-	75.930
Outras adições/exclusões	<u>(952)</u>	<u>1.749</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>(356.045)</u>	<u>(179.775)</u>
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	(294.314)	(193.041)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	<u>(61.731)</u>	<u>13.266</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>(356.045)</u>	<u>(179.775)</u>
Alíquota efetiva	22,36%	14,65%

c. Imposto de renda e contribuição social a pagar

	2019	2018
Imposto de renda a recolher	50.864	43.403
Contribuição social a recolher	<u>18.616</u>	<u>12.301</u>
	<u>69.480</u>	<u>55.704</u>

A movimentação do imposto de renda e contribuição social a pagar, é conforme segue:

	2019	2018
Saldo inicial do exercício	55.704	60.167
(+) Provisão IR/CS correntes no exercício	294.314	193.041
(+) IR/CS pago a maior	4.061	4.159
(-) Compensações com tributos federais	(69.973)	(688)
(-) Antecipações/pagamentos no período	<u>(214.626)</u>	<u>(200.975)</u>
(=) Saldo final do exercício	<u>69.480</u>	<u>55.704</u>

24 Impostos parcelados

	2019	2018
Parcelamento - Lei no 11.941/09 (i)	67.189	78.396
Parcelamento de ICMS (iii)	30.443	-
Parcelamento de ICMS (ii)	3.918	3.918
Total	101.550	82.314
Parcela Circulante	25.636	17.618
Parcela Não circulante	75.914	64.696

- (i) Em novembro de 2009, o Grupo e a sua controlada EMS Sigma Pharma aderiram ao REFIS IV, programa de parcelamento e de quitação de débitos tributários. Os saldos dos impostos parcelados estão sujeitos a atualização monetária pela variação da taxa SELIC. A adesão ao programa visou equalizar e regularizar os passivos tributários por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações tributárias. Foram incluídos nesse programa os tributos federais (PIS, COFINS, IRPJ e CSLL) e previdenciários que estavam sob discussão judicial, na opção de parcelamento em 180 meses, que conferiu o Grupo anistia parcial de 60% da multa, 20% sobre as multas isoladas e redução de 25% dos juros sobre a dívida original. A adesão ao parcelamento foi consolidada em julho de 2011 pela Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. O valor do principal da dívida consolidada da EMS S.A. foi de R\$ 23.922 e para a Sigma Pharma foi de R\$ 1.193.

Em dezembro de 2013, o Grupo solicitou parcelamento de débitos da Reabertura da Lei 11.941/2009, onde foram incluídos os débitos previdenciários não parcelados anteriormente. Em 31 de dezembro de 2016, a adesão ao parcelamento se encontra pendente de consolidação.

Em agosto de 2014, o Grupo solicitou o parcelamento de débitos conforme moldes da Lei 12.996/2014, onde foram incluídos valores não parcelados anteriormente, na opção de parcelamento em 120 meses, que conferiu ao Grupo anistia parcial de 70% sobre as multas de mora e ofício, 25% sobre as multas isoladas, 30% sobre os juros de mora e 100% sobre o valor do encargo legal. A adesão ao parcelamento foi consolidada em julho de 2016 pela Receita Federal do Brasil. O valor do principal da dívida consolidada da EMS S.A. foi de R\$ 1.762 e para a Sigma Pharma foi de R\$ 51.

Em virtude do processo de consolidação em 2016 houve um acréscimo de R\$ 1.126.

- (ii) Adesão ao parcelamento do ICMS com o Governo do Distrito Federal ocorrida no segundo semestre de 2007, para quitação de débitos de ICMS gerados pela glosa de créditos considerados indevidos pelas autoridades fiscais, os quais reduziram o saldo a pagar desse imposto. O Grupo parcelou o valor do sinal no montante de R\$ 435 em 36 parcelas mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em maio de 2007. O saldo remanescente é devido integralmente no mês subsequente ao término do parcelamento. Sobre cada parcela incidirá atualização monetária equivalente à variação do INPC acrescido de juros simples de 1% ao mês sobre o período do parcelamento.
- (iii) Parcelamento dos impostos relativos aos ativos baixados pelo sinistro ocorrido em novembro de 2018, referente aos créditos de ICMS tomados nas entradas das mercadorias que foram incineradas devido ao incêndio de grandes proporções que atingiu a área de expedição e de almoxarifado da sede da EMS, em Hortolândia, Estado de São Paulo, no dia 20 de outubro de 2018. O Grupo parcelou o montante de R\$ 634 em 60 parcelas mensais e sucessivas, vencendo a primeira em janeiro de 2019. Sobre cada parcela incidirá atualização monetária equivalente à variação da Selic acrescido de juros simples de 2% ao mês sobre o período do parcelamento.

d. O saldo de impostos parcelados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é de:

	Consolidado	
	2019	2018
Principal	71.956	50.581
Juros	29.594	31.733
	101.550	82.314

25 Patrimônio Líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 336.696 em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, representado pelas ações/quotas abaixo:

Acionista/Quotista	EMS S.A	Germed Farmacêutica Ltda	Novamed Fabricação de Produtos Farmacêuticos Ltda	Nova Química Farmacêutica S.A	
NC Participações S.A.	19.800.000	-	-	-	-
Germed Farmacêutica LDA.	200.000	-	-	-	-
Carlos Eduardo Sanchez	-	-	29.036.250	-	-
Leonardo Sanchez Secundino	-	-	4.839.375	-	-
Marcus Vinicius Sanchez Secundino	-	-	4.839.375	-	-
Saltmont Empreendimentos e Participações Ltda.	-	5.239.097	-	-	49.500.002
Saltriver Empreendimentos e Participações Ltda.	-	5.034.644	-	-	8.250.000
Global Energy Fundo de Investimento Participações	-	-	-	-	8.250.000
Total	20.000.000	10.272.741	38.715.000		66.000.002

Acionista/Quotista	CPM	EMS Sigma	Legrand	Luxbiotech	Montereseach	Multilab	Rio Biopharmaceuticals	
EMS S.A.	64.205.000	7.662.451	136.464	97.516.581	3.308.	-	-	406.
NC Participações S.A.	400.000	77.398	1.379	206.158	-	-	-	-
Novamed Fabricação de Produtos Farmacêuticos Ltda.	-	-	-	-	-	685.213.744	-	-
Total	64.605.000	7.739.849	137.843	97.723.009	3.308	685.213.744		406

b. Reserva de capital

- **Reserva de incorporação de ágio** - refere-se à contrapartida do ágio incorporado líquido da diferença entre seu valor e o benefício fiscal gerado pela sua amortização, o qual é proveniente da incorporação de ações da sua controladora EMS Investimentos S/A. A referida reserva poderá ser objeto de capitalização em futuras deliberações pela Assembleia.

c. Reserva de lucros

- **Reserva de incentivos fiscais** - o Grupo possui subvenção governamental representada pelo benefício creditício decorrente do Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal (PRÓ-DF), concedido em forma de empréstimo subsidiado obtido do Banco Regional de Brasília (BRB) (Nota 20). O benefício econômico

obtido é contabilizado como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais de acordo com o prazo de vencimento dos referidos empréstimos. Parte substancial do empréstimo foi liquidada e a respectiva receita com subvenção foi reconhecida no resultado do exercício e, posteriormente, transferido para a rubrica incentivo fiscal no patrimônio líquido, como reserva de lucros, em 2014. Contudo ainda aguardamos a realização do leilão para quitação do valor residual. Em 2016, devido a quitação do Programa Ideas ocorreu a realização de R\$ 3.003.

A entidade combinada Novamed possui incentivo fiscal que reduz em 75% o valor do imposto de renda e contribuição social para parte das suas operações conforme Decreto-Lei no 1.598/77, e um , e um incentivo que visa isentar o pagamento de 100% do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) sobre a saída de alguns produtos conforme Lei 2.826/2003.

Na Novamed o montante reconhecido como reserva de incentivos fiscais em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 256.854 (R\$ 238.879 em 2018) composto por R\$ 138.402 (R\$ 92.811 em 2018) referente aos incentivos fiscais de ICMS e R\$ 118.452 (R\$ 146.077 em 2018) referente ao incentivo de redução de 75% do valor do valor de imposto de renda e contribuição social.

- **Reserva legal** - constituída, nas sociedades anônimas, em conformidade com a legislação societária e o estatuto social, com base em 5% do lucro líquido do exercício até atingir 20% do capital social ou 30% do saldo do capital acrescido das reservas.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o Grupo não reconheceu como reserva legal o montante de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício, por ter atingido o limite de 20% do capital social, conforme determina o art. 193 da Lei 6.404/86.

- **Retenção de lucros** - Constituída com o saldo do lucro líquido de 2019 e 2018 após a apropriação dos dividendos e a constituição de reserva legal. O montante de lucros retidos em anos anteriores foi utilizado para distribuição de lucros, segundo determinado pela Assembleia Geral de Acionistas. O saldo remanescente da reserva de lucros será distribuído para os acionistas no exercício subsequente, conforme aprovação em assembleia.

d. Dividendos (nas sociedade anônimas)

Os estatutos sociais das Companhias do Grupo NC prevêm a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei societária conforme cálculo demonstrado a seguir:

Em 2019	EMS S/A	Nova Química Farmacéutica S.A	Total
Lucro líquido do exercício	417.116	67.824	484.940
Subvenção para investimento	(34.214)	-	(34.214)
(-) Constituição reserva legal	-	(1.704)	(1.704)
	<u>382.902</u>	<u>66.120</u>	<u>449.022</u>
Base de cálculo dos dividendos	<u>382.902</u>	<u>66.120</u>	<u>449.022</u>
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	<u>95.726</u>	<u>16.530</u>	<u>112.256</u>
Dividendos complementares distribuídos	-	-	-
Reserva de lucros de anos anteriores distribuídos	22.014	-	22.014
Total dividendos propostos e pagos no exercício	<u>117.740</u>	<u>16.530</u>	<u>134.270</u>

Em 2018	EMS S/A	Nova Química Farmacéutica S.A	Total
Lucro líquido do exercício	287.988	61.771	349.759
(-) Constituição reserva legal	-	(3.089)	(3.089)
Base de cálculo dos dividendos	<u>287.988</u>	<u>58.682</u>	<u>346.670</u>
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	<u>71.997</u>	<u>14.671</u>	<u>86.668</u>
Dividendos complementares distribuídos	-	31.333	31.333
Reserva de lucros de anos anteriores distribuídos	227.195	42.995	270.190
Total dividendos propostos e pagos no exercício	<u>299.192</u>	<u>88.999</u>	<u>388.191</u>

A movimentação dos saldos dos dividendos a pagar, é conforme segue:

	2019	2018
Saldo inicial	844.209	180.474
(+) Complemento de dividendos a pagar aprovados em assembleias	97.874	1.202.435
(+) Dividendo mínimo obrigatório	112.256	86.668
(-) Pagamentos	<u>(501.750)</u>	<u>(625.368)</u>
(=) Saldo final do exercício	<u>552.589</u>	<u>844.209</u>

e. Destinação do resultado do exercício - Ltdas

De acordo com o contrato social de casa Empresa, o resultado do exercício será destinado após a aprovação pelos sócios da Empresa na ocasião da reunião de sócios quotistas. Até que ocorra a reunião de quotistas destinando o resultado o mesmo será mantido na rubrica de lucros acumulados.

26 Receita operacional

	2019	2018
Vendas brutas de produtos deduzindo os abatimentos comerciais	5.260.104	5.282.545
Impostos sobre vendas	(722.347)	(1.055.583)
Devoluções sobre vendas	<u>(199.580)</u>	<u>(187.277)</u>
Receita operacional líquida	<u>4.338.177</u>	<u>4.039.685</u>

Na Novamed a partir do regime especial de industrialização por encomenda, como parte do seu processo produtivo, obtido junto ao Estado de São Paulo e anuído pelo Governo do Amazonas, a Empresa remete produtos semi acabados para uma parte relacionada para realização do processo de embalagem. Posteriormente esses produtos retornam simbolicamente à Empresa e são enviados fisicamente por conta e ordem para o armazenagem no operador logístico onde sairá para venda. O reconhecimento da receita ocorre quando o controle dos produtos e mercadorias é transferido para o cliente final.

27 Despesas por natureza

	2019	2018
Matérias-primas e materiais de consumo	(858.443)	(913.241)
Salários e encargos sociais	(706.122)	(605.477)
Serviços de terceiros pessoa jurídica	(285.010)	(206.346)
Custos de publicidade	(202.794)	(133.416)
Custos previdenciários	(160.365)	(145.027)
Despesas de transporte	(144.230)	(116.309)
Outros benefícios a empregados	(88.891)	(62.034)
Amostras	(79.690)	(68.119)
Benefícios previstos em Lei	(57.689)	(59.290)
Material de limpeza e escritório	(57.183)	(46.346)
Viagens/estádias e refeições	(55.228)	(45.727)
Provisão para perdas com processos judiciais	49.369	(23.936)
Serviços de terceiros - manutenção e reparos	(46.476)	(39.272)
Pagamentos de arrendamentos	(46.199)	(49.491)
Energia elétrica, água e telefone	(34.034)	(30.604)
Outras despesas (receitas)	(30.858)	(23.508)
Encargos de depreciação, amortização e impairment	(25.791)	(77.210)
Plano de participação nos resultados	(24.848)	(34.199)
Combustíveis e lubrificantes	(23.017)	(25.513)
Comissões sobre vendas	(9.450)	(4.643)
Provisão para perda de valor recuperável	9.471	1.217
Doações	(7.073)	-
Arrendamento (depreciação)	6.071	-
Amortização do valor justo	(2.587)	-
	<u>(2.081.067)</u>	<u>(2.708.491)</u>
Total do custo das vendas, despesas com vendas e despesas administrativas	<u>(2.081.067)</u>	<u>(2.708.491)</u>
	2019	2018
Custo das vendas	(1.409.426)	(1.349.767)
Despesas com vendas	(430.480)	(332.327)
Provisão para perda de valor recuperável	9.471	1.217
Despesas administrativas	(1.050.632)	(1.027.614)
	<u>(2.081.067)</u>	<u>(2.708.491)</u>

28 Outras receitas (despesas), líquidas

	2019	2018
Outras receitas		
Reembolso do Seguro (**)	86.853	199.640
Ganho por compra vantajosa (nota 2.c)	-	53.434
Sinistro – Baixa de estoques	48.393	-
Outros	26.154	25.686
	<u>161.400</u>	<u>278.760</u>
Outras despesas		
Sinistro – Baixa de Estoques (*)	-	(290.754)
Impostos, taxas e contribuições (***)	(79.676)	(31.179)
	<u>(79.676)</u>	<u>(321.933)</u>
Total de outras receitas (despesas), líquidas	<u>81.724</u>	<u>(43.173)</u>

(*) Refere-se as perdas reconhecidas pelo Grupo com sinistro (incêndio) ocorrido em 20 de outubro de 2018 na sede do Grupo localizada em Hortolândia, Estado de São Paulo.

(**) Refere-se ao montante dos prejuízos indenizáveis à EMS, conforme condições e cláusulas contratuais da apólice de seguro em virtude do sinistro ocorrido em 20 de outubro de 2018. Esse saldo está composto substancialmente pelos custos dos estoques e dos ativos imobilizados atingidos pelo incêndio na referida data.

(***) Refere-se substancialmente a taxas e contribuições vinculadas aos incentivos fiscais da Empresa pagas em favor do Fundo de Fomento do Fundo de Fomento às Micro e Pequenas Empresas - FMPES, da Universidade do Estado do Amazonas - UEA, do Fundo de Fomento ao Turismo, Infraestrutura, Serviço e Interiorização do Desenvolvimento do Amazonas - FTI, de outros fundos ou programas instituídos pelo governo amazonense ou de instituições que desenvolvam programas e projetos sociais, culturais e esportivos, sem fins lucrativos, conforme previsto pela Lei 2.826/03.

29 Resulto financeiro líquido

	2019	2018
Receita financeira		
Receita de juros sobre mútuo	94.528	-
Variação cambial ativa	33.201	66.210
Rendimento de aplicação financeira	18.549	14.168
Outras	12.714	11.278
Juros de duplicatas a receber	4.959	5.886
Arrendamento IFRS 16	646	-
	164.597	97.542
Despesa financeira		
Juros	(47.985)	(67.516)
Variação cambial passiva	(36.939)	(55.516)
Arrendamento- juros passivos	(14.465)	-
Outras	(9.203)	(31.038)
Perdas no recebimento de crédito e descontos concedidos	(2.593)	(4.679)
	(111.185)	(158.749)
Total da receita financeira	164.597	97.542
Total da despesa financeira	(111.185)	(158.749)
Resultado financeiro líquido	53.412	(61.207)

30 Saldos e transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, bem como as transações que influenciam os resultados dos exercícios, relativas às operações com partes relacionadas decorrem de transações do Grupo com suas partes relacionadas, as quais foram realizadas em condições definidas por elas e estão assim apresentadas:

As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:

a. Saldos do fim do exercício, decorrentes das vendas/compras de produtos

	2019	2018
Contas a receber de partes relacionadas		
Lafiman Distribuidora de Medicamentos Ltd	31.576	49.005
Germed Farmacêutica Ltd	2.844	2.315
Snellog Armazens Gerais e Logística Ltda	1.044	-
Outros	2.121	1.436
	37.585	52.756
Contas a pagar - partes relacionadas		
Snellog Armazens Gerais e Logística Ltda	14.738	17.870
Instituto Vita Nova	4.386	2.792
Outros	-	261
	19.124	20.923

	2019	2018
Outros recebíveis de partes relacionadas		
Instituto Vila Nova	6.870	750
Outros	<u>1.003</u>	<u>1.804</u>
	<u>7.873</u>	<u>32.249</u>
	2019	2018
Outros contas a pagar de partes relacionadas		
Innoveren Pharma S/A	4.840	6.695
Lafiman Distribuidora de Medicamentos Ltda	-	1.235
Outros	<u>500</u>	<u>-</u>
	<u>5.340</u>	<u>7.930</u>

As contas a receber de partes relacionadas são, principalmente, decorrentes de operações de vendas e vencem em até dois meses. As contas a receber não têm garantias e não estão sujeitas a juros.

Estas operações foram realizadas em condições definidas entre as partes relacionadas.

b. Dividendos a pagar

	2019	2018
Carlos Eduardo Sanchez	-	251.355
Saltmont Empreendimentos e Participações Ltda.	165.633	165.633
Saltriver Empreendimentos e Participações Ltda.	159.138	159.137
NC Participações S.A	103.159	77.145
Saltmont Fundo de investimento	79.147	66.749
Leonardo Sanchez Secundino	-	41.893
Marcus Vinicius Sanchez Secundino	-	41.893
Germed Ltd	19.130	18.154
Global Energy	13.191	11.125
Saltriver Fundo de investimento	<u>13.191</u>	<u>11.125</u>
	<u>552.589</u>	<u>844.209</u>

c. Mútuo entre partes relacionadas

	2019	2018
3Z Realty Desenvolvimento Imobiliario S.A	<u>316.093</u>	<u>227.961</u>
	<u>316.093</u>	<u>227.961</u>

O saldo de empréstimos a receber possui taxa de juros de 1%. A administração reconheceu durante o exercício de 2019 os juros ativos dos mútuos que até o exercício anterior não vinham sendo registrados. Os efeitos de períodos anteriores no montante de R\$ 68.851 (do total reconhecido de R\$ 94.528) reconhecidos no resultado do exercício foram julgados imateriais pela administração para um reconhecimento retrospectivo. A movimentação do empréstimo entre parte relacionada está demonstrado a seguir:

	2019		2018		Total
	3Z Realty Desenvolvimento Imobiliário S.A.	Total	3Z Realty Desenvolvimento Imobiliário S.A.	NC Comunicações S.A	
Saldo no início do exercício	227.961	227.961	227.961	42.000	269.961
Amortização de empréstimos	(2.000)	(2.000)	-	(42.000)	(42.000)
PIS e COFINS	(4.396)	(4.396)	-	-	-
Reconhecimento de juros	94.528	94.528	-	-	-
Saldo em 31 dezembro	316.093	389.680	227.961	-	227.961

d. Empréstimos a pagar para partes relacionadas

	2019	2018
Carlos Eduardo Sanchez	16.654	-
Total	16.654	-
Parcela Circulante	1.399	-
Parcela Não circulante	15.255	-

O saldo de empréstimos a pagar possui taxa de juros de 2%. A movimentação do empréstimo entre parte relacionada está demonstrado a seguir:

	2019	2018
Saldo no início do exercício	-	-
Captação de empréstimos	16.000	-
Provisão de juros	815	-
Pagamento de juros	(161)	-
Saldo em 31 dezembro	16.654	-
Parcela Circulante	1.399	-
Parcela Não circulante	15.255	-

e. Remuneração do pessoal chave da administração

A remuneração paga e a pagar ao pessoal chave da administração, incluindo salários e encargos, participação nos lucros e outros benefícios, representa 4,92% das despesas com folha de pagamento no exercício de 31 de dezembro de 2019 (3,73% em 31 de dezembro de 2018).

31 Eventos subsequentes

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nas demonstrações financeiras do Grupo.

Considerando a situação atual da disseminação do surto, entendemos que a nossa projeção de receitas e dos fluxos de caixa operacionais para o ano de 2020 deverá ser revisada, o que pode causar a necessidade de reconhecer uma perda ao valor recuperável alocado à Unidade Geradora de Caixa (UGC).

Em julho de 2020 o grupo apresenta receita líquida de R\$ 2.956.674 lucro bruto de R\$ 1.999.414 e resultado antes das despesas e receitas financeiras líquidas e impostos de R\$ 980.444, bem como apresenta capital circulante líquido positivo.

A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira do Grupo, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as seguintes principais medidas foram tomadas incluindo as de cunho social:

- Renegociações dos contratos com os fornecedores nacionais e estrangeiros, para alinhar a aquisição de insumos para produção com as expectativas relacionadas à futura demanda para os produtos do Grupo, considerando o cenário atual do surto, bem como estender os prazos de pagamento.
- Ênfase na produção em relação ao produto Sulfato de Hidroxiclorida, considerando o aumento esperado na demanda para esse produto no cenário atual.
- Implementação de medidas temporárias ou definitivas no quadro de funcionários, como o objetivo de reduzir os despesas salariais no médio prazo, tais como suspensão de novas contratações.
- Medida de prevenção do contágio entre os colaboradores, afastando os que estão mais expostos ao grupo de risco, como mulheres grávidas, colaboradores com mais de 60 anos, entre outros.

- Produção própria de álcool em gel para distribuição interna a todos os colaboradores..
- Negociação das condições dos empréstimos e financiamentos do Grupo com instituições financeiras e dos pagamentos com os fornecedores, para mitigar eventuais riscos de liquidez.

* * *

Luiz Carlos Borgonovi
Diretor Presidente

Renata Manzatto Baldin Pineiro Alves
Diretor

Wagner A. Nilo Paschoal
Contador CRC 1SP 145242/O-5